



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 6/2015
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 14-12-2015**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 6 da Sessão Ordinária de 14-12-2015

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -14 de dezembro de 2015-----

INICIO - Quinze horas e trinta minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva..... PS

MEMBROS - Mário João Menezes Paiva PS

José Manuel Pereira da Costa SOMOS FIGUEIRA

Ana Margarida Pinto da Cunha PS

Ana Elisabete Laborda Oliveira SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

João Gomes Lopes SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Luís Manuel Mendes Ribeiro PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco SOMOS FIGUEIRA

Ana Raquel Mendes Correia..... PS

Vânia Isabel Duarte Batista SOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva Antunes PS

José Augusto Fernandes Mateus PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão SOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves CDU

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Mário da Silva Esteves SOMOS FIGUEIRA

Fernando Miguel Gonçalves Pereira PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa SOMOS FIGUEIRA

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos BE

Natália Jerónimo Pires..... SOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes Oliveira..... CDU

Carlos Cabete Cação de Jesus..... SOMOS FIGUEIRA

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins Bento PS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo Acúrcio INDEPENDENTE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 6 da Sessão Ordinária de 14-12-2015

(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	SOMOS FIGUEIRA
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	SOMOS FIGUEIRA
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro	PS
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	Vitor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Nuno Miguel Garcia Carvalho por Carlos Cabete Cação de Jesus. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Nuno Miguel Garcia Carvalho. -----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

SUBSTITUIÇÃO DO SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Aproveito para dar as boas vindas a todos os presentes e, desde já, informo que o Segundo Secretário da Mesa, Mafalda Mendes Azenha, chegará um pouco mais tarde, por motivos profissionais. Nos termos do n.º 3 do art.º 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua última redação, proponho à Assembleia Municipal eleger para Segundo Secretário da Mesa Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares, durante o período de tempo de ausência nesta sessão de Mafalda Mendes Azenha.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Mendes Azenha, Ana Raquel Correia, Susana Oliveira Monteiro, Fernanda Marques Lorigo, António Santos Salgueiro e Vitor Santos Madaleno, da Coligação Somos Figueira, Carlos Cabete Jesus e Isabel Gaspar Sousa, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Presidente e eleger Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares para exercer, as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante o período de tempo de ausência de Mafalda Mendes Azenha nesta sessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 29 DE



JUNHO E 29 DE SETEMBRO DE 2015

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação das atas das sessões ordinárias de 29 de junho e 29 de setembro de 2015.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Antes da aprovação das atas, gostaria de corrigir uma intervenção minha, a páginas 7 do documento de 29 de setembro. Onde se refere «...Porque se continua a fazer este balanço de fim de verão, em minha opinião fascista ...» deverá constar «achista», ou seja, baseado no que se acha, por ser a palavra efetivamente dita por mim.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Será feita a correção solicitada, podendo o erro de transcrição decorrer da própria qualidade da gravação."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Mendes Azenha, Ana Raquel Correia, Susana Oliveira Monteiro, Fernanda Marques Lorigo, António Santos Salgueiro e Vitor Santos Madaleno, da Coligação Somos Figueira, Carlos Cabete Jesus e Isabel Gaspar Sousa, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, deliberou:-----

1 - Por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sete abstenções dos membros do Partido Socialista Fausto Santos Loureiro, da Coligação Somos Figueira, José Pereira da Costa, João Gomes Lopes, e Carlos Manuel Rabadão, por não terem estado presentes na mesma, e dos membros Coligação Democrática Unitária, por terem recebido extemporaneamente a ata e não terem tido tempo de a lerem, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2015;-----

2 - Por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções do membro do Partido Socialista João Paulo Pinto, e da Coligação Somos Figueira Carlos Cabete Jesus, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2015.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "A ata só foi enviada para o nosso correio eletrónico esta manhã, daí a Coligação Democrática Unitária não ter tido tempo de a analisar, sendo essa a razão da sua abstenção.- Contudo, na opinião deste grupo municipal, este órgão elegeu dois secretários cujas funções deveriam também ser as de secretariar. A tarefa de redação das atas



não deveria ficar por conta exclusiva da D. Helena, com cujo trabalho simpatizamos muito, mas consideramos ser demais.-----
Esta será uma intervenção pouco simpática para o Senhor Adelino e para a Mafalda, neste momento ausente, mas é a verdade das verdades.”-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

“- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para:-----

- as “Conferências Joaquim de Carvalho/2015”-----

- a exposição "FERNANDO DIREITO - é de caras e outras coisas"-----

- a Comemoração do Dia Municipal para a Igualdade (24 de outubro de 2015)-----

- o Concerto/Conferência "A Portugalidade" com o Maestro António Vitorino d’Almeida-----

- a apresentação do livro de gastronomia figueirense «A Nossa Mesa: receituário gastronómico da Figueira da Foz»-----

- a conferência de imprensa de apresentação dos programas do “Jardim do Natal” e da Passagem de Ano 2015/2016-----

- o Jantar de Natal-----

- o colóquio: "A Democracia, a Guerra e as Novas Guerras"-----

- a apresentação do livro "Macroalgas Marinhas da Costa Portuguesa - biodiversidade, ecologia e aplicações"-----

- Um convite conjunto do Presidente da Câmara e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos para a inauguração do Centro de Saúde de Lavos-----

- Um convite da Sociedade Boa União Alhadense, para o seu XVI Encontro de Filarmónicas-----

- Um convite do Grupo Coral David de Sousa, para o seu XXIII Encontro de Coros--

- Um convite da Naval 1.º de Maio para a I Gala do Departamento de Remo-----

- UM convite do Centro Cultura Desporto dos Trabalhadores do Município da Figueira da Foz para o Magusto de 2015-----

- Um convite da Comissão da Festas do Senhor da Paciência de Maiorca , para as festividades em honra desta santa-----

- Um convite da Câmara Municipal de Gondomar, para uma Semana Social, denominada GONDOMAR A INOVAR 1.0-----



- Um convite da Associação Figueira com Sabor a Mar para o jantar de encerramento dos Festivais Gastronómicos 2015-----
 - Um convite do Centro Cultura Desporto dos Trabalhadores do Município da Figueira da Foz para o almoço comemorativo do seu aniversário-----
 - Um convite da Associação Musical União Filarmónica Maiorquense-UFM para o Concerto de Natal-----
 - Um convite do Grupo Coral David de Sousa para o Concerto «Sons de Natal»-----
- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

2. - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Estava inscrito para usar da palavra o munícipe Jonas Wellington de Moraes, sobre o processo 222/2010 da Divisão de Urbanismo.-----
Dado o cidadão não ter comparecido e não haver mais ninguém inscrito para intervir junto deste órgão deliberativo, passamos de imediato aos assuntos gerais de interesse para o Município."-----

3. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - INCLUSÃO DO NOME DE ÁLVARO CUNHAL NA TOPONÍMIA DA CIDADE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "O Partido Comunista Português saúda a decisão da Comissão Municipal de Toponímia de vir a atribuir o nome de Álvaro Barreirinhas Cunhal a uma das artérias da cidade. Esta decisão concretizou-se no passado dia 27 de novembro, com a inauguração formal da Avenida Álvaro Cunhal, cujo traçado começa junto à Escola EB 2/3 Infante D. Pedro e se prolonga até à Rotunda Baden Powell.-----

Contou neste ato, para os comunistas e democratas tão significativo, com a presença do Secretário Geral do Partido Comunista Português, o seu camarada Jerónimo de Sousa, também com o executivo camarário, o Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, comunicação social, outras individualidades e muitos cidadãos anónimos que quiseram associar-se a tão merecida homenagem.-----

A todos os que se empenharam para que esta inauguração acontecesse, a todos os que o acompanharam com a sua presença amiga, o seu preito de indelével gratidão, por parte não só da Comissão Concelhia do Partido Comunista Português na Figueira da Foz, mas de todo o coletivo partidário a nível nacional. Bem hajam!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Pedindo, desde já desculpas às simpáticas representantes



da comunicação social presentes, mas às vezes na vontade de dar a notícia o jornalista excede-se e diz coisas fora do contexto.-----

Por exemplo, um jornal regional noticiou esta efeméride escrevendo que Álvaro Cunhal era um dos fundadores do Partido Comunista Português. Ora, aquando da fundação do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal tinha 08 anos. Foi de facto um homem brilhante, mas para 08 anos é obra!...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A inclusão do nome do Dr. Álvaro Cunhal na toponímia da Figueira da Foz correspondeu ao cumprimento de uma deliberação da Comissão de Toponímia aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal.-----

Portanto, é uma missão cumprida, pois já se vinha a sentir nas redes peri urbanas um grande designio de consagração dos políticos que, de alguma forma, se identificam com o processo antes e pós 25 de Abril.-----

De qualquer modo, agradeço a manifestação de regozijo da deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - ESTADO DE DEGRADAÇÃO DO FORTIM DOS PALHEIROS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “No encerramento das atividades do ano de 2015 desta Assembleia Municipal, a Coligação Democrática Unitária quer lembrar as muitas propostas e sugestões por si aqui apresentadas, até hoje sem qualquer feedback.- Contudo, desejando a todos os presentes e às suas famílias e ente queridos um feliz e abençoado Natal e um Ano verdadeiramente Novo, não quer macular o espírito natalício que nos vai animando, voltando a essas «velhas» reivindicações/sugestões/pedidos. Ficará para outra altura, ou talvez não, se a sua recordação for necessária.-----

Mesmo assim e porque o tempo não se compadece com as boas intenções, não posso deixar de falar de um assunto importantíssimo, que ainda não foi neste órgão abordado, sobre um monumento património emblemático da cidade.-----

Refiro-me ao Fortim dos Palheiros desde 1961 classificado, pelo Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, como imóvel de interesse público e, neste momento, em muito mau estado de conservação.-----

Em tempos foi rebocado, com materiais inadequados, como aconteceu com a Fortaleza de Sagres, mas que, pelo menos, foram segurando a alvenaria, agora a ficar «descascada».-----



Torna-se, assim, urgente uma intervenção naquele monumento, construído aquando das Guerras Miguelistas por ordem de D. Miguel, com o intuito de «fechar» a baía, já protegida pela artilharia colocada no Forte de Santa Catarina e na Fortaleza de Buarcos. Porém, o irmão D. Pedro acabou desembarcando no Mindelo, «trocando-lhe as voltas» e dando o resultado por todos conhecido.-----

A Coligação Democrática Unitária pede insistentemente à Câmara Municipal para «não trocar as voltas» ao velho Fortim dos Palheiros e lhe acudir rapidamente, seja por sua própria iniciativa, seja alertando a Direção Geral do Património Cultural, entidade que substituiu o antigo Instituto Português do Património Arquitetónico, para a situação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A Câmara Municipal já ali realizou uma intervenção mínima, de limpeza, na continuidade do projeto de limpeza e requalificação de todas as Muralhas. Fê-lo com êxito em Buarcos, cujo trabalho está concluído e representou um investimento de cerca de 250.000 euros, estando agora em vias de conclusão no Forte de Santa Catarina.-----

Terminou-se esse conjunto de obras, com um investimento significativo nesta ordem de grandezas, com dois projetos financiados, não obstante as imensas dificuldades sentidas no seu percurso, face às várias entidades que tiveram de ser consultadas, nomeadamente, o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., a Direção Geral do Património, etc., e controlaram e monitorizaram os referidos trabalhos.-----

Estou satisfeito com os resultados alcançados, porquanto, realçaram-se as estruturas com maior relevância histórica da nossa cidade.-----

O Fortim dos Palheiros poderá merecer a atenção do Município, e se porventura puder ser enquadrado num processo de financiamento, certamente será ponderada uma intervenção mais profunda.-----

De facto, este monumento não se apresenta no seu melhor e ficou escondido por trás do edificado da Praia de Buarcos, mas ver-se-á se dentro destes processos de financiamento se poderá lá chegar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAR SOUSA: “A questão do património é-me muito cara, por isso irei abordar alguns aspetos sobre o Fortim de Palheiros.-----

Este Fortim é uma espécie de estrutura defensiva da costa, integrado numa tríade defensiva seiscentista, com um valor patrimonial histórico de grande relevância.



Carece de uma intervenção muito para além uma simples limpeza. Salvo erro, ouvi o Presidente da Câmara Municipal referir terem sido gastos 250.000 euros. No entanto, esta estrutura em ameias semicirculares necessita de uma intervenção profunda de remoção de sedimentos, executada por técnicos competentes, de forma a preservar o monumento, dar-lhe visibilidade, restaurando a sua importância como património arquitetónico e histórico do Concelho. Isso, do meu ponto de vista, permitir-lhe-ia competir em termos de importância e beleza com o Forte de Santa Catarina e com toda a Fortificação de Buarcos.-----

A falta de sinalização adequada do monumento é lamentável, porque os figueirenses conhecem o monumento e já leram sobre ele, mas para quem vem de fora, passa perfeitamente despercebido no meio do casario.-----

É importante preservar este e outros monumentos de interesse histórico para a Figueira da Foz, e, se calhar, uma intervenção mais profunda no Fortim dos Palheiros poderia não sair assim tão cara e trazer resultados mais satisfatórios.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Os 250.000 euros foram gastos só com a Muralha de Buarcos, uma obra bem feita e com todo o acompanhamento técnico. Foi caro, mas tem outro asseio. O Município aproveitou ainda parte do financiamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional, e no overbooking tenta, agora também, arranjar financiamento para a intervenção efetuada no Forte de Santa Catarina, um local a ficar bonito. Posteriormente, e com recursos próprios ou com financiamento, ir-se-á àquela parte da Muralha do ténis e, se pudermos, ao Fortim dos Palheiros.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAR SOUSA: “A obra está feita, os resultados são ótimos, e os 250.000 euros foram bem investidos.-----

Mas, a Câmara Municipal da Figueira da Foz não deverá descurar este ponto da fortificação da cidade.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - REABILITAÇÃO DO JARDIM MUNICIPAL E REPOSIÇÃO DO CORETO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: “Chegados praticamente ao final deste ano, e começo de outro, a Coligação Democrática Unitária não quer acabar este, sem colocar umas bolas com perguntas na árvore de natal, mesmo contrariando a boa vontade natalícia da minha camarada Silvina Anadio Queiroz.-----

Assim, pergunto para quando a reposição do Coreto do Jardim Municipal, prometido



pelo Presidente da Câmara durante a sua campanha eleitoral?-----
Questiono, ainda, quando será iniciada a intervenção de reabilitação do Jardim Municipal, se assim lhe podemos chamar?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em boa ou má hora prometi um Coreto. O problema é enquadrar o Coreto numa estrutura arquitetónica que não é compatível com o que as pessoas pretendem.-----

Enfim, poderia ser um Coreto pós modernista, mas pretendem um Coreto clássico, apesar de tudo difícil de adaptar àquele espaço urbanístico. Ainda, acreditei que a questão ficasse definitivamente resolvida com o Orçamento Participativo, porque aí sim, teria de construir o Coreto por imposição dos munícipes. Mas, não apareceu nenhuma proposta de Coreto e o problema manteve-se inalterado.-----

A minha grande dúvida é saber como se pode ali colocar um Coreto sem desfear o contexto e a reconfiguração do Jardim. Porque como sabem a Alameda abre sobre o Rio e a forma como o Jardim foi configurado é precisamente para dar essa profundidade. Meter ali agora um Coreto é pôr em causa todo aquele projeto arquitetónico. Todavia, vou continuar à procura de soluções...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Far-me-á a justiça de se lembrar que houve quem o avisasse na altura para esquecer o Coreto. Portanto, deixemos lá o Coreto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Uma pequena graça meio a brincar meio a sério. A Coligação Democrática Unitária pergunta pelo Coreto porque realmente ele tinha história, era muito bonito, os figueirenses gostavam muito dele e ficaram muito tristes quando foi substituído por aquela Pala.-----

Agora, gostaria de perguntar ao Presidente da Câmara se o Coreto existe em algum lugar? Está montado ou às peças? Entrou nalgum jardim particular? Foi fundido e eventualmente vendido o metal, por ser um metal nobre? O que aconteceu com o Coreto? Caso o Município o resolvesse reinstalar no local recorreria a uma fotografia do Coreto antigo e replicá-lo-ia, ou sabia onde o ir buscar?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Possuo fotografias de uma grande parte do Coreto, e duma grande pá de uma retroescavadora a deitá-lo abaixo. O metal não tinha nenhuma qualidade, daí ter sido destruído aquando da intervenção no Jardim Municipal. Têm corrido por aí uns boatos que o Coreto estaria nas Alhadas, em tudo se assemelhando



à banda desenhada «Onde está o Wally?», e o Jorge Bugalho terá de nos dizer onde está o Coreto... Bom, brincadeiras à parte, estes ditos não correspondem à realidade.-----

O Coreto foi destruído, não tinha nada de relevante interesse. As pessoas lembrar-se-ão de um outro Coreto, que eu não conheci, mas que fazia os seus encantos.--- Se arranjasse um Coreto do agrado dos munícipes, recolocava-o no Jardim e cumpria a minha promessa.-----

Contudo, o meu problema advém do facto de não se ter nenhum Coreto, e da dificuldade maior em equacionar o enquadramento urbanístico de um Coreto no Jardim Municipal. Já pedi a alguns arquitetos para estudarem a implantação ali de um Coreto, contudo, acabaram por me perguntar as razões de querer uma estrutura desse género, adiantando-me que o Jardim não tem dinâmica arquitetónica para ali se colocar um Coreto.-----

Em suma, se quiser lá colocar um Coreto o Município terá de encontrar um modelo adaptável à configuração daquele espaço verde.-----

Já se pensou em duas ou três hipóteses, mas nenhuma agradou à autarquia, pois, no fundo, as pessoas pretendem não um Coreto, mas um Jardim de lagos, patos e ringues etc., que ali já não existe."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "O meu amigo e deputado municipal José Pereira da Costa ao dizer ao Presidente para esquecer o Coreto, fez-me lembrar uma frase que se dizia ao ex-Ministro: «esqueça essa promessa dos 1.500 postos de trabalho, esqueça essa promessa de aumento de salários, etc.,...» e eu não gostava de cair nesses esquecimentos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - TAPUME EXISTENTE NO TERRENO ONDE ERA PARA SER CONSTRUÍDO O MERCADO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Quando será encontrada uma solução para o «vergonhoso» tapume existente no terreno onde era para ser construído o Mercado Municipal, localizado junto à rotunda da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - ESTADO DE DEGRADAÇÃO DAS VIAS RODOVIÁRIAS DO CONCELHO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Em junho do corrente ano, o Presidente da Câmara Municipal afirmou que o critério seguido para a repavimentação das estradas tinha sido o



pré-estabelecimento de prioridades para todo o Concelho, discriminando positivamente as freguesias, acudindo às situações mais críticas, porquanto, a dotação orçamental para este tipo de obras era restrita, e tão só a prevista em Orçamento, nem mais nem menos. No entanto, referiu terem sido reabilitadas 50% das vias rodoviárias e artérias na Figueira da Foz.-----

Chegados a dezembro, pergunto-lhe quando prevê concluir a reabilitação dos restantes 50% de vias degradadas? As ruas da baixa, no seu interior, estão num estado lastimosos. Basta por lá passarem para se darem conta!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "É verdade, as ruas da baixa encontram-se degradadas, profundamente deterioradas.-----

Por exemplo, as Ruas dos Combatentes, Santos Rocha, Dez de Agosto, etc., carecem de intervenções profundas, ao nível da circulação de peões e viaturas, e consequente tratamento das bermas para as águas pluviais.-----

A Câmara Municipal apresentou uma candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, e estas ruas estão reconfiguradas, pretendendo-se a sua intervenção com esse financiamento. Portanto, durante todo este ano e princípios do ano de 2016, teremos resposta à candidatura, e se ela for positiva a intervenção será integrada no âmbito desse Plano. Caso tal não aconteça, o Município recorrendo aos seus próprios recursos terá de maturar se poderá assumir essas obras tão delicadas.-----

A autarquia não queria ficar-se por uma mera pavimentação, queria realizar uma intervenção mais profunda, requalificando aquelas ruas, à data da sua construção perfeitas, pois não havia automóveis, e serviam apenas para circuitos pedonais e esporadicamente para uma ou outra viatura, mas atualmente inadequadas ao tráfego."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - ESPELHO DE ÁGUA - COLOCAÇÃO DE PLACAS ALERTANDO PARA PERIGOS EXISTENTES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "A Coligação Democrática Unitária já alertou para alguns perigos existentes junto ao Espelho de Água, no Forte de Santa Catarina, solicitando a colocação de placas de aviso. No entanto, até ao momento as mesmas não foram instaladas. Pergunto ao Presidente da Câmara quando serão ali colocadas?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Os avisos de perigo no Espelho de Água é uma questão de oportunidade. O perigo nem será tanto das pessoas ali andarem, poderá subsistir



uma outra questão inerente à limpeza, porém a Câmara tem tido sempre extremo cuidado nas mudanças de água.-----

Do meu ponto de vista, essencial será o enraizar dos hábitos de cidadania. Muitas vezes vejo as pessoas a cometer atos de profundo desrespeito, mas não me atrevo a ir lá dizer «Olhe o senhor não deve fazer isso...» porque estou sujeito a ser maltratado.-----

Irei pensar nessa questão da colocação discreta de um ou outro aviso, até porque não queria propriamente ter ali um estenderete de avisos.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G – TENNIS CLUB DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: “A Coligação Democrática Unitária estranhou a recente afetação de uma verba de 2.500,00 €, acrescida de Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, para desmatação das muralhas na Avenida de Espanha, e pretende saber quais as contrapartidas devidas pelo Tennis Club da Figueira da Foz pela ocupação do espaço onde estão instalados.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Os 2.500 euros concedidos ao Tennis Club da Figueira da Foz corresponderam a um apoio financeiro para uma ligeira intervenção na parte da Muralha que lhe está concessionada, ou cedida temporalmente pelo do Ministério da Defesa.-----

A Câmara Municipal também tem vindo a estudar as hipóteses de com recursos próprios limpar aquela parte da Muralha, cuja operação, como é óbvio, terá de ter algum acompanhamento técnico. Portanto, o subsídio destina-se a esse fim.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H – ASSIMETRIAS VISÍVEIS NA FREGUESIA DE BUARCOS E SÃO JULIÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: “Na Figueira da Foz cidade mais parece subsistirem duas freguesias, face a algumas assimetrias sentidas.-----

Da rotunda da Ponte do Galante para Norte observam-se jardins verdinhos, ruas limpas, estradas com os seus buracos celeremente reparados, enfim, denota-se cuidado.-----

Contrariamente, da rotunda da Ponte do Galante para a Figueira da Foz vê-se o Jardim Municipal em estado lastimoso, alguns espaços verdes descuidados, desmazelo na limpeza dos espaços urbanos e das ruas, com especial incidência no interior da



cidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "No tocante à limpeza, foi lançado um procedimento para que estas artérias tenham, pelo menos, o mesmo grau de limpeza do Bairro Novo, sublinhando-se que esta limpeza tem de ser manual."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - FIGUEIRA DA FOZ - FALTA DE SEGURANÇA - AGRESSÃO A XADREZISTA AMERICANO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Chamo a atenção do Presidente da Câmara Municipal para a falta de segurança na cidade, principalmente à noite começa a ser evidente um clima de insegurança. Exemplo disso mesmo, é o que aconteceu recentemente ao xadrezista americano."-----

Aliás, esta questão da insegurança já aqui foi abordada por outros grupos municipais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Não percebi as razões pelas quais o deputado municipal Mário Alberto Oliveira referiu o xadrezista americano."-----

Este assunto incomodou-me extraordinariamente como figueirense. A Figueira da Foz foi enxovalhada, porque um xadrezista americano levou uns tabefes, não se sabe se com razão ou sem ela, pois não faço a mais pálida ideia do que se passou."-----

Importante é salvaguardar o nome da Figueira da Foz. Soube por linhas traversas que o rapazinho até é um bocadinho provocador, isto não quer dizer nada, pois pode não ter provocado ninguém e a culpa pode ser de quem lhe bateu."-----

Agora, a comunicação social deve ter algum cuidado a analisar este tipo de notícias, não podendo, do meu ponto de vista, «chapá-la» nas primeiras páginas dos jornais regionais e não vir uma televisão entrevistar o americano."-----

A Figueira da Foz é e sempre foi uma cidade segura, pacata. Chamar à colação uma notícia que denegriu a imagem da Figueira da Foz, e a enxovalhou, não é sensato."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "A minha chamada de atenção de há pouco não pretendeu realçar a questão da agressão ao xadrezista. A importância dada à notícia foi dos órgãos de comunicação social. Não quis perguntar ao Presidente da Câmara as razões deste acontecimento, mas tentar transmitir um facto a violência na Figueira da Foz está a aumentar e muitas vezes a comunicação social não a transporta para os jornais."-----



Se calhar não me ouviu bem deputado municipal José Pereira da Costa. A insegurança na Figueira da Foz já foi aqui trazida por um elemento do grupo municipal da Coligação Somos Figueira.-----

A falta de segurança está a crescer na Figueira da Foz. Ontem foi o xadrezista, quem sabe se amanhã sou eu... "-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "No tocante à alegada agressão ao campeão de xadrez é lamentável, bastante triste, ninguém pode congratular-se com o sucedido mas, efetivamente, não se podem assacar as culpas a quem estão a tentar acusar. Isto poderia ter acontecido em qualquer lugar, em qualquer cidade, em qualquer parte do mundo, mas temos de realçar que a Figueira da Foz mesmo assim, no cômputo geral, é um lugar pacífico, onde se pode passear à noite."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tive oportunidade de lamentar os factos. Entristeceu-me a notícia, porque criar uma imagem de uma cidade demora anos, é um trabalho delicado feito evento a evento, intervenção a intervenção, e de facto, por vezes uma notícia avulsa, não devidamente justificada, para além de ser um desalento, pode pôr em causa um trabalho contínuo.-----

Encontrava-me na apresentação do livro Receituário Gastronómico da Figueira da Foz, uma coletânea de receitas tradicionais do Concelho retomadas para os usos gastronómicos, quando fui questionado sobre a suposta agressão ao campeão de Xadrez. Desconhecendo a configuração do caso e sem alguma preocupação, prometi diligenciar no sentido de saber as causas do ocorrido, uma preocupação que também deveria acontecer em termos noticiosos.-----

Fui logo avisado da divulgação da notícia na imprensa escrita e na Televisão. Sinceramente, não me pareceu notícia para a televisão, quanto muito poderia ser notícia o facto do cidadão ter ganho o Torneio de Xadrez, porque tudo o resto não faz sentido.-----

Averiguei os factos e as razões do cidadão não ter apresentado queixa na Polícia de Segurança Pública, nem desejar procedimento criminal. Segundo soube, reconheceu em parte os exageros cometidos na forma como tinha convivido, e ouvi depois alguns depoimentos referindo como estava visivelmente embriagado e se metia com toda a gente. Foi levado ao Hotel, deixou o Hotel e voltou para a rua sozinho.-----

Isto constitui motivo para nos imolarmos coletivamente e dizermos «somos tão inseguros»?-----



Se a razão fosse segurança, enfim, teríamos de abordar a questão também por esse prisma. A Figueira da Foz tem um registo criminal de cerca de 70 participações, não chega a tanto, uma média de duas/duas e meia por dia. Metade são injúrias e difamação, um quarto é violência doméstica, sinal de que estamos a dar voz e liberdade às vítimas para poderem denunciar os seus casos, e não chegamos a ter 10 ocorrências por mês entre furtos e desacatos. Isto não tem expressão em termos de segurança.-----

Confunde-se a Figueira da Foz com a Amadora, ou com um Bairro violento de algum subúrbio de Lisboa, urbes «obrigadas» a ter Planos Locais de Segurança.-----

O Concelho tem uma média baixíssima de crimes violentos, regista-se um de vez em quando, e furtos entre cinco a dez num mês. Visitam-nos 20.000 pessoas por mês, e questiono-me se fará sentido estarmos a falar de insegurança.-----

A Figueira da Foz quer ser visitada e afirmar a sua cidade como uma cidade de turismo onde toda a gente pode e deve vir, e vejo razões para continuar a vir.--

Se o problema da segurança fosse efetivamente um problema, então teria de ser abordado como tal. Mas, felizmente não o é.-----

Quando proferi as declarações ainda coloquei algumas reservas por desconhecer o contexto da ocorrência. A única coisa a lamentar foi o excesso de alarido à volta deste caso. Todavia, creio não termos perdido o prestígio de cidade segura e sei do que falo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Subscrevo, com a devida vénia, a intervenção do Presidente da Câmara Municipal relativamente à segurança da cidade. Falou bem e, por maioria de razão, sabe do que fala, tal como eu próprio."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: "Ao abordar este assunto de modo algum quis denegrir a imagem da minha Figueira da Foz. A leitura que o jornal fez é da sua inteira responsabilidade..."-----

Porém, estes casos começam a aparecer, muitos deles nem sequer são participados às autoridades e, por isso mesmo, não constam das estatísticas."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - PATRIMÓNIO HISTÓRICO DE MAIORCA - PALÁCIO CONSELHEIRO LOPES BRANCO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Filipe Humberto Dias.-----

FILIPPE HUMBERTO DIAS: "A minha intervenção pretende continuar a chamar a atenção do executivo municipal em relação ao património histórico de Maiorca."-----



O Palácio Conselheiro Lopes Branco foi mandado construir em 1884 por este Conselheiro que disse ao Rei D. Luis, aquando da sua passagem por Maiorca em 1882, necessitar de ter uma casa digna para receber as entidades convidadas para a inauguração do Ramal Ferroviário de ligação entre a Pampilhosa à Figueira da Foz, que veio a acontecer em 1887.-----

Este Palácio da autoria de António Roberto Oliveira Lopes Branco, Conselheiro de Estado e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça do Rei D. Luis, albergou uma Casa dos Pobres, um Posto de Correios, o aquartelamento da Guarda Nacional Republicana dos anos 60 até ao início do novo século, sendo um edifício com certas semelhanças a uma feitoria inglesa existente no Porto, projetada por um arquiteto inglês.-----

O Palácio Conselheiro Lopes Branco após a morte do Conselheiro Lopes Branco passou por algumas vicissitudes. Segundo testemunhos orais, foi vendido a António Lopes que morreu em 1919, depois na década dos anos 30 foi vendido a Bruno Costa, dono do Banco Costa, e após a falência deste Banco o Município da Figueira da Foz adquiriu-o, e muito bem, em 1955 por quarenta contos.-----

Em nome da Freguesia de Maiorca e de todos os maiorquenses apelo ao executivo municipal no sentido de isolar este monumento, por forma a minimizar e evitar as inúmeras infiltrações de águas e dos ventos a que está sujeito nestas alturas do ano. Os seus vidros e os seus tetos vão caindo e o Município da Figueira da Foz corre o risco de deixar degradar de forma irreversível um edifício com esta nota histórica, incorporado no pouco património histórico sua pertença.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O Município da Figueira da Foz tem em mãos uma série de obras de primeira e absoluta necessidade, na Casa do Paço, no Museu Municipal, no Centro de Artes e Espetáculos e na Casa das Olaias.-----

Registo o apelo do deputado municipal Filipe Humberto Dias. As orientações definidas têm em vista garantir, pelo menos, as intervenções mínimas, e tão cedo quanto seja possível proceder à colocação de caixilharia.-----

Serão realizadas agora estas reparações mínimas, apenas pelo facto do Município não ter financiamento para uma intervenção de fundo.-----

Ao deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, reitero não estar o assunto esquecido, poderão tardar as obras mas lá se chegará. Agora, não posso estar a prometer realizá-las amanhã, quando tenho dúvidas se poderei cumprir a minha palavra.-----



Contudo, asseguro-lhe que o Palácio Conselheiro Lopes Branco é uma das minhas preocupações.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE URGÊNCIAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Os deputados da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Social Democrata congratulam-se com a decisão de manutenção do Serviço de Urgências do Hospital Distrital da Figueira da Foz.”-----

Após o lamentável encerramento do bloco de partos e das urgências de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital Distrital da Figueira da Foz, a 04 de novembro de 2006, que foi amplamente contestado por nós e por diversas outras forças políticas concelhias, eis que nove anos depois, a situação nunca foi revertida o que levou a que diversas crianças tenham, ao longo destes anos, nascido em plena A14.-----

Ano após ano, temos sido sobressaltados com notícias que têm como certo o encerramento de diversas valências deste Hospital, tais como, o encerramento do Bloco Operatório entre as 02,00 e as 08,00 horas da manhã e o possível encerramento do Hospital de Dia dos Serviços Oncológicos.-----

No Verão de 2012, um Relatório da Comissão para a Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência propunha a desclassificação do Hospital Distrital da Figueira da Foz de Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica para Urgência Básica, proposta que foi por nós bastante contestada na altura.-----

Pretendia-se centralizar estes serviços em unidades Hospitalares de Coimbra e de Leiria, respetivamente, a sensivelmente 40 e 50 Kms, longe de mais para o doente e desgastante para os seus familiares, para além de onerar muito mais os habitantes deste Concelho que por infelicidade necessitassem desses serviços.-----

Manifestámo-nos contra a desclassificação desta Unidade Hospitalar tendo como argumentos válidos a necessária salvaguarda da vida dos utentes.-----

Anos volvidos é com grande alegria que nos congratulamos com a manutenção do Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica no Hospital local, de acordo com o Despacho nesse sentido proveniente do ex-Ministro da Saúde no dia 23 de novembro de 2015.

Os figueirenses merecem poder contar com estes e outros serviços vitais que têm sido subtraídos à nossa cidade.-----

Na certeza de que a cidade não pode encerrar as portas destas valências conquistadas com sacrifício e esforço no passado, esta vitória constitui um primeiro motivo de esperança. Que no futuro se recuperem as perdas sentidas, em especial no que diz



respeito às legítimas valências do Hospital Distrital da Figueira da Foz, do qual todos, em primeira instância, necessitamos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Embora não tenha trocado impressões com os meus camaradas de bancada tenho a certeza que eles partilham a minha opinião, porque já discutimos o Hospital Distrital da Figueira da Foz bastas vezes.”-----

O grupo municipal da Coligação Democrática Unitária subscreve por inteiro as palavras do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.-----

Só é pena não ter aproveitado o facto do seu partido ter liderado o Governo durante 04 anos para, por exemplo, reverter a situação da maternidade da Figueira da Foz. Para os figueirenses era uma joia por quem, como bem disse, muita gente do Partido Social Democrata e outros, nomeadamente a Coligação Democrática Unitária, se bateram tanto em 2006 para evitar o seu encerramento. Lamento, porque foram 04 anos perdidos. Tenhamos esperança que agora alguém os consiga agarrar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Margarida Pinto Cunha.-----

MARGARIDA PINTO CUNHA: “Só uma pequena nota em relação à parte da intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco quando se referiu ao Hospital de Dia, para dar conta de não corresponder inteiramente à verdade. Nunca esteve em causa o encerramento do Hospital de Dia, mas apenas a perda de algumas valências ali tratadas, por efetivamente não estarem reunidas as condições para que continuassem a ser tratadas no Hospital Distrital da Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “Ouvi a preocupação, se calhar justa, da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Seria mais fácil «amordaçar» o Secretário Geral do Partido Comunista Português que «amordaçar» a deputada municipal. Hoje até ouvi uma entrevista do deputado Paulo Sá relativamente à sobretaxa e a conversa era «gostaríamos de» deixaram de «exigir».-----

A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz penitenciava-se, quem sabe com alguma justiça, de o grupo municipal da Coligação Somos Figueira não ter aproveitado ou usado a sua influência junto do Governo do Partido Social Democrata para reverter os serviços de urgência entretanto desativados na Figueira da Foz.-----

Neste momento, tendo o Partido Comunista Português influência no poder, e certo estou que será um casamento para o resto da vida, não desaproveitará esta circunstância, este momento histórico depois deste golpe político, para resolver o problema da Figueira da Foz.-----



Nunca pensei ver o Partido Comunista Português «amordaçado» - o mérito é do Dr. António Costa - mas certamente não deixará de fazer constar nas suas ligeiríssimas exigências o Hospital Distrital da Figueira da Foz.-----

Admitindo a incapacidade dos elementos da Coligação Somos Figueira, peço agora à Coligação Democrática Unitária que intervenha para resolver esta e outras situações ligadas à Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Já tive oportunidade na conferência de líderes de dizer ao deputado municipal José Pereira da Costa e aos restantes líderes, que o que existe entre o Bloco de Esquerda, Partido Socialista e o Partido Comunista Português é um acordo de incidência parlamentar, como muito bem o designou.----- Quando uma proposta de lei seja apresentada e o Partido Comunista Português não concorde, não terá nenhuma dificuldade em votá-la contra, aliás como sempre o fez. O Partido Comunista Português votou a favor pouquíssimas propostas subscritas pelo anterior Governo Partido Social Democrata/CDS - Partido Popular. E porquê pouquíssimas? Porque elas não iam ao encontro daquilo que o Partido Comunista Português considera serem os interesses verdadeiros do povo português e de Portugal.-----

Agora, gostei muito desta «anedota» do meu amigo pessoal, Secretário Geral, Jerónimo de Sousa estar «amordaçado», e até vou contá-la aos meus amigos. O Jerónimo de Sousa não é homem de mordanças! Ninguém o cala!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Não percebi bem se o deputado municipal José Pereira da Costa denominou na sua intervenção, este acordo para formação do Governo, como acordo parlamentar ou «para lamentar».----- Eu creio tê-lo chamado de acordo «para lamentar». Uma situação bizarra na nossa democracia ao fim de 40 anos, onde, pela primeira vez, o partido que ganha não governa.-----

Começo a questionar-me porque fui no dia 18 de julho de 1975 à Avenida dos Aliados, no Porto, e no dia 19 de julho de 1975 à Alameda Afonso Henriques, em Lisboa, a pedido do Dr. Mário Soares, para evitar que o Partido Comunista Português tomasse conta do poder. Se soubesse que isto ia acontecer não tinha ido.-----

O Secretário Geral do Partido Comunista Português, Jerónimo de Sousa, é um expert, homem de grande gabarito... Eu nunca votei no Partido Comunista Português, não sei se alguma vez iria votar, mas agora nunca o faria.-----



Porque o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda me dececionaram, porque chegaram a acordo com o Partido Socialista. Se têm as propostas para resolverem os problemas de Portugal, deveriam estar no Governo. Assim, imporiam as suas políticas e todos nós poderíamos beneficiar da sua governação.-----

Isto é uma aberração e vai acabar em aborto. Quanto a este Governo só poderei dizer uma coisa - AMEN."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Agradeço os alertas do Presidente da Assembleia Municipal para ser concisa nas minhas intervenções, só lamento que eles sejam feitos sempre na altura em que a Coligação Democrática Unitária se propõe responder a alguma coisa.-----

A última intervenção não acrescentou nada em relação ao que tinha sido dito, e apenas serviu para fazer chacota com coisas sem piada absolutamente nenhuma.----

Cabe-me o direito de resposta, em nome do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, porque o deputado municipal José Elísio Oliveira, não tem autoridade moral para ofender o Partido Comunista Português, implantado neste país desde 06 de março de 1921, e nunca envergonhou ninguém com as suas atitudes. O seu projeto foi sempre de defesa da boa qualidade de vida dos portugueses e do respeito pela soberania do país. Daí estar, por exemplo, contra tudo e contra todos quando se começou a falar na entrada para a Comunidade Económica Europeia, por saber o quanto se iria perder, alienar parte, se não toda, a nossa independência nacional, que lhe é muito cara.-----

Não há aqui casamentos, nem divórcios, nem abortos, e recomendo a quem está com azia, ótimos produtos para combater esses afrontamentos à venda nas farmácias, nomeadamente, pepsamar, rennie, etc. Leia a Constituição da República Portuguesa, faça esse esforço."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Conheço a história do Partido Comunista Português muito bem, e só lamento que não tenham ido para o Governo para fazerem aquilo que dizem. Fugiram do Governo como o Diabo foge da cruz, para poderem acusar quando chegar a hora."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Será que cerca de 60% dos portugueses são menos portugueses do que os outros portugueses que votaram na Coligação Para a Frente Portugal? Porque é que o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda não



merecem o mesmo respeito que as outras congregações políticas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: "Vou tentar por um ponto final nesta situação. Porque estamos numa altura de paz, numa quadra de presentes, eu queria de alguma forma oferecer ao grupo municipal da Coligação Somos Figueira e a quem acompanhar a sua opinião, um produto desenvolvido como corta azia, com a validade de 04 anos, com receita de Pacheco."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Trabalha-se, celebram-se parcerias, colabora-se, posso até tecer algumas considerações sobre alguns aspetos aqui focalizados relativamente à questão das valências, à oportuna congratulação apresentada sobre o Hospital, e o mérito desta administração e até da anterior, como já o referi publicamente.----

O deputado municipal, Teotónio Jesus Cavaco, regozijou-se e bem pela manutenção das valências do Hospital Distrital da Figueira da Foz, e isso é meritório.-----

Já o referi em sede de reunião de Câmara, quer esta quer a anterior administração tiveram um comportamento exemplar na afirmação discreta do Hospital Distrital da Figueira da Foz, e na defesa intransigente dos apelos feitos na Câmara Municipal. Reunimos com o Conselho de Administração, dirigiram-se sucessivos apelos ao Secretário de Estado, e insistiu-se junto do Ministro da Saúde. Esta Assembleia Municipal também se manifestou veementemente. Enfim, correu bem, o Hospital Distrital da Figueira da Foz não perdeu esta classificação, e até conquistou outras valências, nomeadamente, no domínio dos cuidados primários de saúde mental.-----

A expectativa da Câmara Municipal será aprofundar estes serviços mínimos, com algumas ações já em desenvolvimento, integradas na Divisão de Educação e Assuntos Sociais, promovidas pela Câmara Municipal com o grupo Norueguês Grants, tendo a administração hospitalar conseguido também a proeza de manter o Instituto Nacional de Emergência Médica, os tão fundamentais cuidados de urgência, e os serviços de apoio à Oncologia. Portanto, temos de nos congratular por isso.-----

Ainda a propósito destes cuidados primários de saúde, em articulação com a administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, a autarquia através da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, irá disponibilizar aos utentes do Hospital dois apartamentos para cuidados ambulatoriais, evitando-se o internamento das pessoas e possibilitando-lhes estarem perto do hospital.-----

Veremos se esse projeto corre bem, para já são dois apartamentos T2, e isso implica



alguma minimização de custos para o Hospital e a Câmara pratica também política social, no fundo, aproveitando os apartamentos que ali tem.-----
Pessoalmente, respeito muito o enquadramento técnico e o saber se temos competências ou não para prestar um cuidado de saúde. E a questão da Maternidade é um problema delicado. Em meu entender, é preferível ter uma Maternidade dotada de meios de excelência, do que uma Maternidade frágil. E isso aplica-se em relação a todos os cuidados profissionais de saúde, sejam eles primários ou de hospitalização."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Embora isto possa parecer politicamente incorreto pela sua parte e pela minha, subscrevo as referências feitas quanto à maternidade. Do meu ponto de vista, este tema não será tão simples como parece à primeira vista, é um pouco mais complexo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Estamos a onze dias do Natal, a celebração do nascimento do Menino numa estrebaria, não em qualquer maternidade com cuidados especiais. E o Presidente da Câmara refere-se à maternidade e à sua devolução à Figueira da Foz tal como era, como um processo difícil por se pretenderem serviços de saúde e uma maternidade de excelência."-----

A Figueira da Foz tinha uma maternidade de excelência.-----

A Coligação Democrática Unitária continua sem perceber as razões pelas quais na altura, o Partido Social Democrata da Figueira da Foz se envolveu na luta desencadeada pelo Partido Comunista Português, pela defesa da maternidade. Mas depois foi Governo, agora já o não é, está na oposição, e inverteu o seu modo de pensar em relação à existência de uma maternidade na Figueira da Foz. Pelo menos, sente-se isso por parte de alguns dos seus militantes provavelmente com maior responsabilidade e maior visibilidade."-----

Não se entende também como continuam a ser praticados os partos em unidades privadas, sem quaisquer dos requisitos exigidos para as maternidades instaladas em Hospitais públicos, ou maternidades públicas por si só."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não vou falar mais sobre a questão da maternidade, porque desejo o máximo de competência técnica em qualquer especialidade hospitalar. Este é um princípio que prossigo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



M – PROPOSTA DE VISITA DA COMISSÃO PERMANENTE ÀS INSTALAÇÕES DO NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “Irei abordar um artigo publicado há poucos dias no Diário As Beiras relativamente a uma visita ao novo Quartel dos Bombeiros, efetuada por elementos da Comissão Política do Partido Social Democrata da Figueira da Foz. Aceito as diferenças de opinião e acredito no debate político de ideias, mas quando se produzem declarações que não são verdade, aí já não posso concordar.-----
Especificando, numa parte desse artigo, o Diário As Beiras refere ter contactado o Gabinete da Presidência da Câmara, o qual afirmou «que existem oficinas e armazém de material garantindo que os visitantes tiveram a oportunidade de verificar a existência desses espaços».-----

Ora, fui uma das visitantes como a fotografia constante da notícia bem documenta, e não vi esses locais. Na altura questioneei o Comandante dos Bombeiros Municipais sobre o assunto, tendo-me sido dito por ele que isso era uma das grandes preocupações do novo Quartel.-----

Face à divergência de informação, propunha à Mesa da Assembleia Municipal uma reunião da Comissão Permanente no Quartel dos Bombeiros Municipais, não só para se conhecerem as novas instalações mas, sobretudo, para esclarecermos as dúvidas levantadas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Menezes Paiva.-----

MÁRIO MENEZES PAIVA: “Duas ou três notas em relação a esta intervenção da deputada municipal, Ana Laborda Oliveira.-----

Li a notícia no Diário As Beiras e após escutar agora a sua intervenção, parece ter-se esfumado a matéria relevante neste caso concreto.-----

Falar da não existência de uma oficina nas novas instalações dos Bombeiros Municipais, pressuporia equacionar-se previamente se existe no mapa dos trabalhadores afetos àquele serviço algum assistente operacional na área de mecânica. Senão, para quê uma oficina quando não existem operários especializados para ali exercerem funções?-----

Recordo-me quando aqueles profissionais estavam preocupados com os seus postos de trabalho, das suas manifestações à porta desta Câmara, porque o executivo municipal de então, do Partido Social Democrata, tencionava acabar com o Corpo dos bombeiros municipais da Figueira da Foz.-----

Ao contrário desses tempos, o atual executivo quer apoiar os Bombeiros Municipais,



e por isso mesmo, fez um investimento muito grande naquelas instalações novas e em viaturas. Os Bombeiros Municipais custam qualquer coisa como aproximadamente 800 mil euros...-----

De realçar que no total de Municípios do país apenas existem 32 corporações de bombeiros municipais.-----

O Município da Figueira da Foz tem apoiado e apostado na continuidade dos seus Bombeiros Municipais, ao contrário dos anteriores executivos do Partido Social Democrata, e isto é importante dizer-se aqui.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “Respondendo ao deputado municipal Mário Menezes Paiva, também será bom recordar o outro lado - a Coligação Somos Figueira não é nem nunca foi contra a construção do novo Quartel dos Bombeiros. Quanto muito, apontou as suas reservas e continua a entender que o novo Quartel deveria servir as duas instituições existentes no Concelho, Bombeiros Municipais e Bombeiros Voluntários. Portanto, não confunda as coisas.-----

Tão pouco estou a ir por assuntos menos importantes. A referida visita correu muito bem, foi bom conhecer o novo Quartel, e a receção aos elementos da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata foi simpática. Porém, a falta de oficinas foi uma preocupação manifestada pelo próprio Comandante dos Bombeiros Municipais.-----

Não vamos aqui mentir novamente sobre matérias importantes, porque isso já aconteceu, por exemplo, em relação às reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil. Precisamente, devido às discrepâncias das datas, tive agora de pedir as atas para saber quando foram efetivamente realizadas as ditas reuniões.-----

E o mesmo parece estar a acontecer com esta questão da parte de armazenamento e de oficinas. Não falei em mecânicos, mas verifiquei «in loco» durante a visita que existia essa falha e foi-nos transmitida pelo Comandante essa preocupação.-----

Não é sensato afirmar que a oficina existe mas o Partido Social Democrata não a viu. Todavia, se isso é mesmo verdade, gostava de ir visitar novamente o local desta vez com todos os deputados que integram a Comissão Permanente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Menezes Paiva.-----

MÁRIO MENEZES PAIVA: “De facto, os deputados municipais e todos aqueles que estão na vida pública devem ler as atas. A deputada municipal Ana Laborda Oliveira também deveria ler as atas tanto do executivo como da Assembleia Municipal, assim saberia que o seu partido se absteve na votação do novo Quartel dos Bombeiros Municipais.



Isso sim, demonstra a falta de vontade em relação à construção deste equipamento.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – PEDIDO DE ACESSO A TODAS AS ATAS DAS REUNIÕES REALIZADAS DESDE O ANO DE 2009

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “Ao abrigo das disposições aplicáveis do Regimento deste órgão e na qualidade de deputada municipal, solicito o acesso a todas as atas das reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil realizadas desde 2009.-----

E passo a esclarecer: o grupo municipal endereçou um pedido idêntico, através da Mesa da Assembleia Municipal, e a resposta obtida por parte dos serviços municipais, informava que a última reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil se realizara em novembro de 2011, sem especificar a data em concreto. Este grupo municipal insistiu em saber a data, mas até hoje, não obteve qualquer feedback, sendo esta a razão subjacente ao facto de trazer este assunto a plenário.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O – SISTEMA DE ACESSO AO HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ A VIGORAR SEM O PARECER DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “O último assunto diz respeito à documentação entregue à Mesa da Assembleia Municipal, a todos os líderes dos grupos municipais, Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, e aos jornalistas presentes, documento que aqui se considera integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

«Perante a documentação que vos foi distribuída, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira tem a dizer o seguinte:-----

Tendo em conta:-----

- O parecer efetuado a 03 de março de 2014 pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), parecer solicitado pelos Vereadores do Partido Social Democrata;--
- A resposta ao mesmo parecer por parte da Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz (HDF) a 24 de março de 2014;-----
- As medidas de Auto Proteção do Plano de Segurança Interno do Hospital Distrital da Figueira da Foz;-----
- As características (dimensões) das Viaturas de combate a incêndios por parte dos Bombeiros Municipais da Figueira da Foz e Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz;-----



- O parecer técnico solicitado por mim, enquanto deputada municipal, a um consultor técnico de segurança e proteção civil;-----
- Constatando que as medidas de Auto Proteção do Plano de Segurança Interno do Hospital Distrital da Figueira da Foz, nada referem em relação à operacionalidade do sistema de acesso ao mesmo, uma vez que este plano foi submetido em 2011 à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);-----
- Que o sistema atual de acesso ao Hospital Distrital da Figueira da Foz, apenas foi implementado em novembro de 2013, não tendo parecer da Autoridade Nacional de Proteção Civil;-----

Neste sentido, vem a Bancada do Partido Social Democrata, propor à votação, o seguinte:-----

Que se envie de imediato à Autoridade Nacional de Proteção Civil, toda a documentação em anexo. No nosso entender, as vias de acesso à urgência médico-cirúrgica devem ser desimpedidas, assim como devem ser avaliados os acessos às viaturas de combate a incêndios ao referido Hospital.»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "No tocante ao último ponto abordado pela deputada municipal Ana Laborda Oliveira e ao pedido concreto de votação do documento, como já tive oportunidade de lhe dizer pessoalmente a ela e aos restantes elementos do seu grupo municipal, parece-me pouco sensato e curial apresentar em «cima da hora» para votação um documento com 183 páginas.-----

Em boa consciência, o grupo municipal do Partido Socialista não poderá votá-lo até porque desconhece totalmente o seu conteúdo e os seus fundamentos.-----

Não se pode circunscrever um documento desta importância à sua primeira folha, tanto mais que ela faz referência a um conjunto de pareceres técnicos e relatórios para mim desconhecidos.-----

Sem querer beliscar a bondade do documento, não se me afigura sensato colocá-lo a votação, e se o grupo municipal da Coligação Somos Figueira persistir nessa intenção, os membros do Partido Socialista obviamente abster-se-ão.-----

A minha sugestão seria eventualmente agendar a discussão deste assunto para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, ou quem sabe, para uma Comissão Permanente, permitindo, deste modo, ajuizar melhor a bondade do documento e discuti-lo com seriedade.-----

De todo o modo e após uma leitura mesmo muito superficial, esta matéria diz respeito ao Hospital Distrital da Figueira da Foz, daí perguntar se o dossier já



foi apresentado à Administração daquele estabelecimento hospitalar?-----
Questiono-me, ainda, sobre a necessidade dele ser votado em sede desta Assembleia Municipal, porquanto o grupo municipal da Coligação Somos Figueira enquanto coligação partidária, ou a deputada municipal Ana Laborda Oliveira, enquanto cidadã, o poderia remeter diretamente à Autoridade Nacional de Proteção Civil, sem ter de passar pelo crivo deste órgão deliberativo.-----

Contudo, o grupo municipal do Partido Socialista não se está a esquivar à votação do dossier, apenas entende ser uma decisão precipitada neste momento, e no caso vertente, não poderá sequer pensar em pronunciar-se sobre este conjunto de informações a carecer de uma análise cuidada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Menezes Paiva.-----

MÁRIO MENEZES PAIVA: “Subscribo na íntegra a intervenção do deputado municipal Nuno Melo Biscaia. Considero uma falta de transparência a atitude do grupo municipal da Coligação Somos Figueira, ao entregar para pronúncia, no início desta sessão, às forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal, um documento com perto de 200 páginas.-----

Discordo da votação deste dossier, e do meu ponto de vista, o grupo municipal do Partido Social Democrata deveria retirá-lo, permitindo a sua análise pelos restantes deputados municipais, para posteriormente se poder ter uma discussão séria sobre a matéria.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Está-se aqui a lidar com alguns equívocos.-----

Se porventura o Partido Social Democrata tivesse enviado este documento e se viesse a saber à posteriori, iria, passo o termo, levar nas orelhas porque não tinha sido transparente para com os restantes deputados municipais.-----

De qualquer modo, concordo com a intervenção do deputado municipal Nuno Melo Biscaia quando diz ser impossível e ilógico votar um documento que se não leu, estudou e se não conhece.-----

Na hipótese de o mesmo ser colocado à votação, a Coligação Democrática Unitária abster-se-á.-----

Acredito na bondade do documento, mas não se pode votar a favor de uma coisa perfeitamente opaca, porque não foi vista antes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “Pergunto aos deputados municipais se só agora ouviram falar desta questão e deste documento?-----



Em 2014 surgiram as primeiras dúvidas acerca deste assunto, portanto há ano e meio, e foram tornados públicos os pareceres do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Hospital Distrital da Figueira da Foz. Na qualidade de deputada municipal e perante um dever que me assiste, ainda assim achei por bem pedir um outro parecer técnico a um consultor técnico de segurança e proteção civil.-----

Todos os presentes têm o direito de analisarem este documento, e nesse sentido, eu propunha a suspensão desta Assembleia Municipal, por um pequeno período, para as pessoas o poderem analisar.-----

Simplesmente, enquanto utente do Hospital Distrital da Figueira da Foz, este assunto preocupa-me, foi trazido à reunião de Câmara Municipal em 2014, e não tenciono esperar mais tempo para resolver o problema.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Não gostaria de entrar aqui num novo «faits divers».-----

Tenho imensa consideração por si deputada Ana Laborda Oliveira, como sabe, porém, custa-me um pouco a acreditar na bondade de apresentar um documento desta natureza e grandeza, cuja matéria até pode ter sido debatida há muito tempo, mas agora está concentrada num conjunto de cento e muitas páginas.-----

Facultar isto no próprio dia não pode ser entendido por parte das outras pessoas como uma intenção sã. Respeito imenso a sua preocupação com esta questão da segurança do Hospital, mas para votar as coisas em consciência dê-me algum tempo para ver e ler.-----

Por outro lado, pergunto se já se preocuparam com o sistema de deteção de incêndios no Hospital Distrital da Figueira da Foz? E com a questão das portas de evacuação? E como são retirados os resíduos hospitalares? Há tanta coisa de facto ali em termos de riscos, desde a contaminação, higiene e segurança. Teremos conhecimentos disso tudo?-----

Tendo sido executado um determinado levantamento por uma pessoa especializada, não se deveria ter perguntado à administração daquele estabelecimento hospitalar o ponto da situação? Tal como se deveria perguntar como estão as portas de evacuação? Se não têm correntes e outras situações do género?-----

Como a deputada Ana Laborda Oliveira deve estar lembrada, eu estou marcado por um documento submetido há uns tempos a esta Assembleia Municipal pelo Partido Social Democrata, que também não se traduziu numa situação das mais sãs e claras - a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Também ele foi entregue no próprio dia da votação, e sem qualquer possibilidade de análise. Eu próprio não



me consegui aperceber do desenho das freguesias.-----
Apresentar este documento desta forma, não pode colher votos conscientes. Por
isso, deixe-me ler o dossier, se não terei muita dificuldade em votá-lo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “O Plano de Segurança do Hospital Distrital da Figueira da
Foz nunca foi posto aqui em causa.-----

O Hospital Distrital da Figueira da Foz concessionou o seu Parque de Estacionamento
à Figueira Parques - Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz,
Empresa Municipal, S.A. O seu plano interno de segurança foi aprovado pela
Autoridade Nacional de Proteção Civil em 2011, e a partir daí não se verificou
nenhuma atualização do mesmo.-----

A matéria deste documento diz respeito apenas ao facto do sistema de acesso ao
Hospital Distrital da Figueira da Foz vigorar, até à data, sem o parecer da
autoridade nacional de proteção civil.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: “Ouvi com muita preocupação e de forma muito atenta a
intervenção da deputada municipal Ana Laborda Oliveira. Aliás, partilho de grande
parte das suas preocupações.-----

No seguimento da sugestão feita pela própria deputada e da intervenção do deputado
municipal Nuno Melo Biscaia, penso ser fundamental agendar-se com a maior rapidez
possível e com carácter de urgência, uma reunião da Comissão Permanente,
exclusivamente destinada a analisar esta questão.-----

Não é viável pelas razões já invocadas analisá-lo nesta sessão mas, será viável
fazê-lo dentro de poucos dias, numa reunião da Comissão Permanente, após os seus
membros o terem estudado, permitindo-lhes então pronunciarem-se com conhecimento
de causa.-----

Posteriormente, esta Assembleia Municipal poderá de forma até consensual emitir a
sua opinião sobre esta questão da máxima relevância, com implicações na vida e
segurança de figueirenses.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “A Coligação Somos Figueira insiste na votação deste
documento. O Partido Socialista terá três hipóteses, ou vota contra, ou se abstém,
ou vota a favor.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Faço aqui um último apelo à Coligação Somos Figueira para



retirarem o documento de votação, e aceite submeter este assunto a uma reunião da Comissão Permanente. Caso tal não aconteça, o grupo municipal do Partido Socialista abster-se-á e fará uma declaração de voto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “A Coligação Somos Figueira mantém a sua intenção de votar o documento, pois já decorreu muito tempo desde os primeiros pareceres do Serviço Municipal da Proteção Civil e da Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, solicitados pelos Vereadores da Coligação Somos Figueira na Câmara em 2014.-----

A documentação integra esses pareceres tornados públicos, na altura, e o tudo o resto resulta da recolha de elementos por mim efetuada, e que achei por bem facultar-vos. Estão em causa todos os utentes do Hospital e o socorro das pessoas. E perante isso, todo o tempo é pouco.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Com o devido respeito pelo grupo municipal da Coligação Somos Figueira, e pelas mesmas razões invocadas pelos deputados dos grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, não posso votar a favor desta proposta porque não tive oportunidade de a ler.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Esta questão foi suscitada aquando da colocação de temporização no espaço de estacionamento do Hospital Distrital da Figueira da Foz, e tal como já o afirmei anteriormente, a rogo e a pedido da administração do Hospital.-----

A Figueira Parques - Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, Empresa Municipal, S.A. executou a intervenção tal qual lhe foi solicitada, para controlo do tráfego e do estacionamento.-----

Na altura, surgiram várias reclamações em relação aos valores definidos para o estacionamento, as quais depois de ponderadas se traduziram numa diminuição sensível dos mesmos, não obstante ser difícil à empresa municipal vir a obter o retorno desejável.-----

Como disse e repito, a intervenção foi apenas e tão só executada pela Figueira Parques - Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, Empresa Municipal, S.A. a rogo e a pedido insistente da administração do Hospital, e com a qual a Câmara Municipal nada teve nada a ver.-----

Esta recomendação do grupo municipal da Coligação Somos Figueira, em meu entender,



surge na sequência das dúvidas em relação ao tráfego suscitadas no Parecer emitido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.-----

Não sendo especialista nem decisor nessa matéria, apenas tenho de garantir o máximo de fiscalização e de segurança às autoridades competentes intervenientes no processo, daí, nada ter a opor à presente recomendação.-----

Ela será enviada à Autoridade Nacional de Proteção Civil, que a remeterá à autoridade municipal de proteção civil para parecer, e por sua vez irá suscitar a auscultação da administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, para poder instruir devidamente o parecer final.-----

Subsistindo dúvidas, só posso congratular-me por se pretender atingir uma plataforma ou otimização ao nível de segurança."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com doze votos a favor dos membros da Coligação Somos Figueira, e 29 abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e de Lavos, enviar à Autoridade Nacional de Proteção Civil o documento subscrito pelos membros da Coligação Somos Figueira sobre o Sistema de Acesso ao Hospital Distrital da Figueira Da Foz, a vigorar desde novembro de 2013 sem o parecer da Autoridade Nacional De Proteção Civil.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

NUNO MELO BISCAIA fez a seguinte declaração: "O Partido Socialista absteve-se nesta votação pois o documento, cuja extensão é evidente, foi entregue aos líderes dos grupos municipais no dia de hoje. Tal facto é inaceitável e não permite aos seus membros votá-la em consciência.-----

Assim, em consciência o Partido Socialista propõe levar o documento à Comissão Permanente para melhor aprofundamento e estudo do mesmo e, eventual remessa à Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz para apreciação.-----

Muito embora se abstenha nesta votação, propôs já à Mesa uma Moção no sentido de tal documento ser submetido à Comissão Permanente."-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA fez a seguinte declaração: "O Partido Socialista é livre de apresentar quaisquer Moções e pode votar como entender. O Partido Socialista bem como a Mesa da Assembleia Municipal, não pode deixar de dar cumprimento ao que foi aqui aprovado, ou seja, enviar este documento à Autoridade Nacional de Proteção Civil. Depois. Se assim o entenderem, podem submeter o documento à Comissão



Permanente."-----

MÁRIO MENEZES PAIVA fez a seguinte declaração: "Subscrevo a declaração de voto do deputado municipal Nuno Melo Biscaia. É uma preocupação de todos o assunto agora votado. Mas, para além de ser remetido à Autoridade Nacional de Proteção Civil, o documento também deveria ser enviado à Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz. Pela relevância desta matéria, entendo dever a mesma ser submetida à Comissão Permanente."-----

ANA LABORDA OLIVEIRA fez a seguinte declaração: "O Grupo Municipal da Coligação Somos Figueira não está contra o processo ser enviado ao Hospital Distrital da Figueira da Foz. Mas, o Hospital concessionou o seu parque de estacionamento à Figueira Parques - Empresa Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, Empresa Municipal, S.A., sendo esta empresa municipal a responsável pelo referido parque de estacionamento."-----

MARGARIDA PINTO CUNHA fez a seguinte declaração: "Acho importante remeterem este documento à Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz. Acho lamentável a vinda deste documento a esta Assembleia Municipal, sem previamente se ter ouvido o Hospital."-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ fez a seguinte declaração: "Os eleitos da Coligação Democrática Unitária abstêm-se na votação do documento subscrito pelo grupo municipal da Coligação Somos Figueira, pelo facto do mesmo ter sido entregue na hora, e não terem tido condições de o apreciar, tanto mais que o mesmo integra 163 páginas."-----

P - SUBMISSÃO À COMISSÃO PERMANENTE DO DOSSIER SOBRE O «SISTEMA DE ACESSO AO HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ A VIGORAR SEM O PARECER DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Votada a proposta apresentado pela Coligação Somos Figueira, tendo em atenção tudo o que já foi explanado nas diversas intervenções, e havendo interesse em aprofundar e analisar de forma mais detalhada o documento, o Partido Socialista propõe aqui também à Mesa que seja votado a ida do mesmo à Comissão Permanente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "O Bloco de Esquerda até agora não gastou um único segundo do seu tempo. Apoio a proposta feita pelo grupo municipal do Partido Socialista, mas sugiro que a Comissão Permanente convide a entidade responsável direta pela



segurança do Hospital Distrital da Figueira da Foz, a estar presente nessa reunião.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à comissão permanente o dossier sobre o «Sistema de acesso ao Hospital Distrital da Figueira da Foz a vigorar sem o parecer da Autoridade Nacional de Proteção Civil».-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA fez a seguinte declaração: “Em primeiro lugar, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira acha estranho a implementação do sistema de acesso do Hospital Distrital da Figueira da Foz não ter sido objeto de parecer prévio por parte dos Serviços Municipais de Proteção Civil. Depois, o parecer da Proteção Civil solicitado pelos Vereadores da Coligação Somos Figueira em Março de 2014, cinge-se apenas a viaturas de urgência de transporte de doentes, sem abordar a forma de operacionalidade dos veículos de combate a incêndios urbanos, nomeadamente, a autoescada, e estou a dar um exemplo.-----

Ou seja, a entrada destinada aos veículos prioritários não permite o acesso das viaturas de combate a incêndios urbanos, não só pela largura da faixa, mas também devido ao ângulo que as mesmas têm de fazer para aceder às instalações.-----

Para a Coligação Somos Figueira o acesso definido para as viaturas de emergência de transporte de doentes não é o mais adequado, por ser uma das entradas mais afastadas das acessibilidades do Concelho da Figueira da Foz, e demorar mais tempo a chegar às urgências do Hospital.-----

Por isso mesmo, congratula-se pela viabilização da proposta aqui apresentada, e pela decisão de a submeter à análise da Comissão Permanente, considerando-a um assunto a merecer uma análise de todos. E como consequência o grupo municipal da Coligação Somos Figueira recomenda a esta Assembleia Municipal que, até a Autoridade Nacional de Proteção Civil emitir parecer sobre esta matéria, sejam desobstruídos todos os acessos do Hospital.”-----

Q – RANKING DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Menezes Paiva.-----

MÁRIO MENEZES PAIVA: “Uma pequena nota, para dar os parabéns ao executivo municipal pelo honroso 32.º lugar obtido em 2015 no Ranking do Índice de Transparência Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "O deputado municipal Mário Menezes Paiva felicitou a Câmara Municipal pelo trigésimo segundo lugar conseguido no ranking da transparência, mas eu estou triste, porque estávamos em primeiro lugar, e nessa altura é que teria apreciado ouvir as suas felicitações. Agora, o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco está a rir..."-----

O Município da Figueira da Foz classificou-se em primeiro lugar num ranking nacional, em 2013, quando todos desconheciam o processo de transparência. Fiquei surpreendido porque não se tinha feito nada para isso, a não ser disponibilizar os documentos todos na página da internet da Câmara. A partir daí, não obstante o desejo de manter o primeiro lugar, o Município deparou-se com dificuldades, não por ter baixado o nível de transparência, porque até o aumentou, mas os outros municípios é que se qualificaram muito melhor. Assim, no segundo ano obtivemos o décimo primeiro lugar, porque coincidiu com a altura da instalação do novo site, e nele houve algumas transparências que ficaram obscuras por uma questão de informática e não de falta de transparência."-----

E este ano, quando estava seriamente convencido que iríamos retomar o primeiro lugar, sou confrontado com o trigésimo segundo, mas curiosamente com mais pontuações de transparência em relação ao primeiro lugar de 2013. Ou seja, começou-se com 61% e este ano já vamos em 67,5%, portanto, somos mais transparentes mas estamos a baixar na tabela."-----

Eu só tenho é de felicitar os outros 31 municípios posicionados à nossa frente no ranking, e continuar a trabalhar mais."-----

Por exemplo, uma das condições é publicitar no site do Município a declaração de rendimentos e de património de todos os Vereadores. Da minha parte faculto-a mas, alguns Vereadores não aceitam torná-la pública no site, e eu também acho ser abusivo. Estas declarações estão registadas no Tribunal Constitucional e basta. Depois, também penalizam as Câmaras Municipais sem um Plano Municipal de Ambiente. São toda uma série de detalhes, porque vão aumentando e apurando as exigências, de carácter muito subjetivo, até mesmo em assuntos de gestão autárquica passíveis de serem consultadas no site da Direção Geral da Administração Local. Esta Direção Geral chegou a reagir um bocado contra a intromissão dum Instituto nesta matéria. Prometo fazer o meu melhor, já não digo para ficar em primeiro lugar, mas para obter 70% de pontuações no próximo ano, por comparação com os 67% deste ano. O lugar depende, só não quero é decrescer o nível de transparência."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa."-----



JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Uns brevíssimos comentários às explicações do Presidente da Câmara Municipal.-----

Primeiro para dizer ao Presidente que o riso do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, quando se falou em transparência, não era depreciativo, foi igual ao meu, aproveitando o ensejo do Presidente da Câmara estar a brincar com o deputado municipal Mário Menezes Paiva.-----

O nosso comentário foi esse, passou de primeiro para trigésimo segundo, não abona muito, mas também não desabona. Tão pouco conheço a forma de avaliação desses índices de transparência, mas se implica publicar no site as declarações do património e os ordenados dos autarcas, também não me parece muito importante. Contudo, é sempre melhor ficar em primeiro que em trigésimo segundo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE LAVOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Em meu nome pessoal, em nome do executivo da Junta de Freguesia e de toda a comunidade Lavoense, quero expressar nesta Assembleia Municipal, para memória futura, um agradecimento por todo o esforço desenvolvido pela Câmara Municipal em geral, pelo seu Presidente em particular, bem como, pelo Governo através da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., representada pelo Dr. José Tereso, e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que tornou realidade o novo Centro de Saúde de Lavos, ontem inaugurado. Quero também aqui manifestar, reiterando o já referido na minha intervenção de ontem, aquando da inauguração, que a freguesia de Lavos necessita, como aliás todo o Concelho, de um novo equipamento complementar daquele, ou seja, uma Unidade de Cuidados Continuados.-----

Estou interessado na instalação dessa Unidade, como complemento ao Centro de Saúde, disponibilizando-me, desde já, para oferecer o terreno destinado a esse fim, como aliás o fiz em relação ao Centro de Saúde.-----

Aproveito, ainda, o ensejo para desejar que o Centro de Saúde das Alhadas seja também em breve uma realidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Na questão da saúde já foram mapeadas as prioridades, e no ano de 2016 avançar-se-á com o projeto de construção do Centro de Saúde das Alhadas.-----

Irei ver se no âmbito do Pacto Regional o desenvolvimento dos financiamentos e os



avisos dão alguma folga para a construção de infraestruturas de cuidados continuados. Isso dependerá, como é óbvio, dos critérios definidos e mapeados pelo Ministério da Saúde.-----

Acompanho o processo e se tivermos condições avançaremos para os cuidados continuados, embora isso exija parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social.-----

A casa de assistência da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, é já um pequeno passo e um sinal da vontade do Município da Figueira da Foz de facilitar a vida aos utentes."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO LEYA AO VEREADOR DO EXECUTIVO MUNICIPAL ANTÓNIO TAVARES
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Em meu nome pessoal e em nome da Coligação Somos Figueira e do Partido Social Democrata, cumprimento o Vereador António Tavares pela honra dada à Figueira da Foz e pela honra pessoal que, naturalmente lhe cabe, ao ganhar o Prémio Leya.-----

A atribuição deste conceituado Prémio literário certamente o encherá de orgulho, na qualidade de figueirense e de membro do executivo municipal."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - NAUFRÁGIO DO OLÍVIA RIBAU

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Peço ao Presidente da Câmara que me explique, com o pormenor possível, se já chegou a alguma conclusão no que falhou no trágico naufrágio do Olívia Ribau, em que faleceram algumas pessoas.-----

Repito não ser minha intenção politizar este assunto, ele não deve ser politizado, mas também não deve ser escondido.-----

E o Presidente da Câmara Municipal, que antes de o ser também é magistrado, e tem tal como eu, uma sensibilidade especial para estas questões no apuramento das responsabilidades, poder-me-á talvez dizer onde se falhou.-----

Não sei se falhou alguma coisa, admito que da Câmara Municipal nada tenha falhado, mas preciso de saber o que se passou, como funcionam estas coisas, qual a periodicidade das reuniões, se há reuniões ou se não as há, quem aprecia estas matérias, quais as entidades envolvidas... Enfim, necessito de saber o que se passou. Pelo mero facto de o acidente já ter ocorrido, e se deixar aos tribunais o julgamento ou não das eventuais responsabilidades, a Câmara Municipal e o seu



executivo não se poderão escusar a pronunciar-se sobre o assunto.-----
Entendo ser responsabilidade de todos nós nesta sala tentar apurar o que do ponto
de vista operacional falhou.-----

A tragédia já passou mas, às vezes, estas situações fazem-nos despertar para obviar
a que não se repitam no futuro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: “Estamos na quadra do Natal e o sofrimento daquelas famílias
que perderam os seus ente-queridos na barra do Porto da Figueira da Foz, causa-me
imensa tristeza.-----

Não me dá gozo nenhum falar daquela situação, até porque numa das sessões anteriores
desta Assembleia Municipal eu abordei aqui as obras feitas no Porto da Figueira
da Foz. Também não me dá gozo nenhum falar do naufrágio, pois isto tem sido uma
autêntica «caça às bruxas» para apurar as responsabilidades e de quem é a culpa.
Há vários culpados, mas há um culpado principal - o Governo ao permitir que aquelas
obras fossem feitas daquela maneira.-----

Falo por experiência própria, porque já ali naufraguei duas vezes, com a minha mãe
e um irmão meu aos gritos em terra. Mas felizmente sobrevivi e estou aqui para
contar.-----

Não falei à imprensa, na altura do acidente, por entender que «enterrem-se os
mortos e cuide-se dos vivos». Conheço o jogo de interesses no meio disto tudo. As
seguradoras a procurarem uma pontinha para não indemnizarem as vítimas, porque o
mal estava feito...-----

Houve jogo de interesses em relação ao Porto Comercial. Os molhes como estavam
antigamente a entrada da barra, o enfiamento da barra, os pescadores rumavam a
Noroeste, entravam para Leste, e estavam dentro do Porto da Figueira com três
pancadas de mar, analisadas por eles na ponta do formigal, onde se forma a onda
mais comprida da Europa na ponta do Cabo Mondego. E os pescadores adivinhavam os
lisos. Da forma aberrante como fizeram esta obra, eu continuo a dizer o culpado é
o Homem, que tanto tem prejudicado a Figueira da Foz. Têm-se cometido aqui
autênticos crimes em relação à nossa cidade, que poderia ser um paraíso turístico
durante todo o ano...-----

Independentemente da cor do Governo, juntemo-nos todos, vamos lutar pela Figueira
da Foz e vamos procurar as soluções.-----

Hoje estive no molhe e como homem do mar vi um rebocado a entrar. O perigo existe
e se calhar não fica por ali. O rebocado tem um cabo de 100 m, depois vai



encurtando, mas se há uma falha de manobra, o «caldo entorna-se», porque os barcos têm de ir a Sul como toda a gente sabe, e o molhe foi executado desta maneira precisamente por causa dos cargueiros. A solução passava pelo Porto Comercial ser do lado de lá, e não era preciso gastar o dinheiro que se gastou, e se calhar esse dinheiro era melhor aplicado na praia.-----

Logo a seguir ao naufrágio foi realizada aqui na Câmara Municipal uma reunião para analisar a situação do Porto. Eu e os outros Presidentes de Juntas ribeirinhas não fomos convocados, porque quem sabe, não era importante a nossa modesta opinião. - Quando andei no mar, chegava a 10 milhas da costa, e perguntava para a FigueiraPesca e para a Capitania quais as condições da barra. Se as condições fossem duvidosas a barra tinha de estar condicionada, e eu entrava ou não, ou ia para o Porto da Nazaré. Agora a FigueiraPesca é um posto de rádio encerrado. Só se conseguem analisar as condições quando se está a 06 milhas de terra e mediante o que se possa ver no Farol de Santa Catarina, embora se saiba antecipadamente com os meios tecnológicos atuais se está bom ou mau. Mas, a necessidade e ânsia de se fazer dinheiro para se poder pagar as contas e colocar o pão na mesa é tanta, que por vezes nos leva a situações destas.-----

O certo é o seguinte, foi o anterior Governo que limitou o horário dos meios de salvação, como se para haver acidentes houvesse hora marcada.-----

Agora o Partido Socialista é governo, enquanto o «casamento» durar, e vamos procurar essa solução.-----

Mas eu faço um desafio a esta Assembleia Municipal - crie-se um grupo de trabalho para debater o assunto da praia e da barra.-----

Quem faleceu não tem culpa nenhuma porque estava a ganhar o sustento para os seus filhos. Se amam a Figueira da Foz vamos unir-nos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "De uma maneira geral estou absolutamente de acordo com a intervenção do Presidente da Junta de Buarcos e São Julião.-----

Do meu ponto de vista devemos distinguir entre quem foi ou não culpado do acidente se ter dado, e não confundir com quem foi ou não culpado do salvamento ter sido feito bem ou mal, a tempo ou fora de horas. Existem duas questões distintas.----

Após o acidente, e a fazer fé nos relatos, terá havido alguma falha de quem tinha a responsabilidade de acionar os mecanismos de salvamento, ou até da própria eficácia dos meios de salvamento, ou ainda inexistência dos mesmos.-----

Quanto ao acidente será melhor interiorizarmos que a culpa foi do estado do mar,



e se quisermos politicamente culpabilizar mais alguém, podemos ir dizendo que as obras não foram bem feitas.-----

Tivemos muito recentemente aqui na Figueira da Foz o julgamento de um Mestre acusado de homicídio num naufrágio ocorrido em 2014. Se vamos explorar este naufrágio recente, podemos chegar a conclusões que não interessam a ninguém.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Deixaria uma pergunta no ar: gostariam que o Porto Comercial deixasse de existir?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Creio não ter havido ainda nenhuma sessão da Assembleia Municipal após o acidente do Olívia Ribau.-----

Não me escondo senhores deputados, mas, nem sequer imaginam o que eu ouvi de todos os Ministérios pelas minhas afirmações, e eu não, volto atrás nem uma vírgula, em relação a isso. Escondido andaré alguém.-----

Levantei uma série de questões e depois ler-vos-ei as tomadas de posição. Não vou transmitir-vos a minha opinião pessoal sobre o acidente, falarei o que institucionalmente devo defender, porque como sabem está a decorrer um inquérito onde se fará o apuramento de todas as responsabilidades. Portanto, quero ser tão inócuo quanto possível e o mais institucional possível.-----

Perdoe-me o Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião, mas realizou-se uma reunião de trabalho no dia 21 de outubro, com entidades com corresponsabilidades institucionais no processo das operações de resgate - Associação Nacional das Organizações da Pesca do Cerco, Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar, Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima, e Cooperativa de Produtores de Peixe do Centro Litoral.-----

Dessa reunião saiu um documento, remetido depois à Presidência da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Ministro da Defesa Nacional, Ministro da Economia, Ministro da Agricultura e Mar, Ministro das Finanças, e Mesa da Secção de Municípios com Atividade Piscatória e Portos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

Não se fez representar a Administração do Porto, o Instituto de Socorros a Náufragos, e o Ministério da Economia, porque esses foram os visados e diretamente questionados pelos presentes à referida reunião.-----

Leio-vos, então, o documento elaborado na reunião:-----



«Os ora signatários reclamam ao próximo Governo da República as seguintes medidas:

1 - É urgente dotar o Instituto de Socorros a Náufragos de meios técnicos e humanos que permitam às suas estações terem guarnições adequadas, treinadas e em prontidão imediata, porquanto não é admissível que um País com cerca de 1.800 Km de costa disponha de 26 estações salva-vidas, com apenas 60 efetivos, com uma média etária acima dos 45 anos, e com um horário de trabalho das 09,00 às 18,00 horas.-----

2 - É imperioso fazer-se um levantamento exaustivo dos meios de socorros existentes em Portugal e que se encontram em estado operacional.-----

3 - É fundamental envolverem-se as autoridades portuárias, uma vez que também elas têm competência e atribuições em matéria de segurança marítima e portuária. É premente fazer-se um estudo sobre a operacionalidade atual do sistema nacional de busca e salvamento marítimo. É urgente fazer-se o apuramento das condições de navegabilidade e assoreamento das barras marítimas em Portugal, com especial atenção para a da Figueira da Foz. É necessário realizar-se uma forte campanha de sensibilização, junto dos armadores e dos pescadores, para a necessidade de se promoverem políticas de segurança a bordo das embarcações. É importante a criação nesta próxima legislatura de uma Comissão para as Políticas do Mar, como uma das Comissões Permanentes da Assembleia da República. É fundamental acabar com a pulverização de tutelas sobre as questões do Mar, e o próximo Governo deverá ter em consideração a necessidade de criação de uma estrutura única e vertical que superintenda o setor.»-----

O documento, assinado por todos os intervenientes presentes naquela reunião, servos-á distribuído. Este é o compromisso, irei acompanhar o documento e as reivindicações junto das várias entidades. Quanto ao resto, como eu referi, não quero avançar qualquer tipo de conclusão. Aguardo os resultados do inquérito para depois então me poder pronunciar, se é que tenho legitimidade para o efeito.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “Vou fazer de conta que fico satisfeito com as explicações do Presidente da Câmara, embora não tenha ficado de todo esclarecido, como desejava.-----

Neste momento e para defender interesses de terceiros, possivelmente, poderá não ser a altura ideal para se conversar sobre o assunto, mas os esclarecimentos não foram nenhuns.-----

Importante é saber-se o que falhou para trás, e não as propostas do Presidente daqui para a frente, porquanto, em meu entender e com o devido respeito, o inquérito



criminal não limita a sua opinião e intervenção sobre esta matéria, enquanto Presidente de Câmara.-----

Este momento pode não ser o mais propício, portanto, façamos aqui um compromisso de deixar esta conversa para outra altura. Porém, é importante tê-la porque eu quero saber a opinião do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz sobre o assunto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Esta Assembleia Municipal não imagina como fui ostracizado por todas as instituições ao ter expresso abertamente a minha opinião sobre o naufrágio do Olívia Ribau, pois, pelos vistos, as minhas palavras causaram tanto mal estar que já não me atrevo a repeti-las.-----

Os meus pontos de vista estão refletidos no documento. Importante será afirmar inequivocamente que a Proteção Civil não tem nenhuma responsabilidade nestas operações de resgate. O comando de tais operações compete única e exclusivamente à Capitania, por força de lei.-----

Aliás, desde o primeiro minuto, a Proteção Civil Municipal colocou todos os seus meios disponíveis de prontidão, caso fosse necessário."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U – PRÉDIOS EM ESTADO DEGRADADO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Chamaria a atenção da Vereadora Ana Carvalho Oliveira para dois imóveis na Figueira da Foz que um dia destes nos vão dar a todos um desgosto. Um é o prédio antigo situado na esquina da Rua Praia da Fonte, perto da Arca Doce, do Tribunal e do Jardim Municipal, e o outro situa-se na Rua Miguel Bombarda junto ao Costa de Prata.-----

Eu bem sei das dificuldades inexplicáveis das câmaras em agir. Mas de facto é preciso ter atenção porque pode ser que eu esteja enganado, mas muito em breve, estes dois prédios trar-nos-ão algumas más notícias e dissabores."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

V – MOÇÃO SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "O Bloco de Esquerda, no cumprimento das suas posições e declarações no ano de 2012 e seguintes, sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica (vulgo RATA), plasmada na lei através das Leis n.º 22/2012, de 30 de maio e n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, vem neste momento chamar a atenção



para o facto de que o processo em apreço (RATA), foi a mais evidente demonstração de como se consegue subverter a Democracia através de procedimentos legislativos. À época, defendeu o Bloco de Esquerda que, antes de se tomarem decisões sobre o assunto, se deveriam consultar as populações a abranger pelas eventuais fusões e alterações territoriais, de fora a garantir os seus interesses socioculturais e económicos que pudessem ser não acautelados no processo.-----

Como passamos a ter orientações políticas públicas de que «palavra dada é palavra honrada», vimos apelar ao Executivo Camarário e aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que foram abrangidos por alterações da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, que procedam a consultas populares sobre se consideram querer manter a atual situação ou se preferiam voltar à situação anterior.-----

Por outro lado e aproveitando a oportunidade, vem o Bloco de Esquerda apelar a todos os Autarcas para que procurem estar atentos a todas as tentativas de modificação de planos e projetos de alto impacto nas vidas de todos os nossos munícipes sem que os mesmos sejam atempadamente ouvidos. Como exemplo, entre outros, tenhamos presente os impactos que as obras do porto da Figueira da Foz tiveram nas praias e costa da margem sul e na vida dos pescadores.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Votarei contra esta Moção, porque esta coisa da Democracia é muito complicada e cada um usa-a sempre conforme lhe dá jeito. Vejam bem, até nos países onde não há eleições se evoca a democracia! Portanto isto é prova provada disso.-----

Por outro lado, não vivemos num país com uma Democracia de base, mas num país com uma Democracia parlamentar e representativa.-----

Se o Governo constituído, para decidir uma qualquer medida fosse antecipadamente perguntar às populações se querem assim ou de outra maneira, seria bonito! Seria como se não existisse governo absolutamente nenhum.-----

Se auscultássemos agora as populações das freguesias anexadas, estou em crer que todas diriam querer voltar à situação anterior. Mas se perguntássemos aos trabalhadores se querem mais ou menos horas de trabalho, ordenados maiores ou menores, ou se concordam com os cortes de salário motivados pela precária situação financeira do país, se querem ou não pagar taxas moderadoras, o governo não faria mais nada senão perguntar.-----

Para constar e memória futura, reafirmo, uma vez mais, a minha posição a favor da redução do número de freguesias, e também de municípios, pois estes custam muito



dinheiro ao erário público. No entanto, duvido que o atual Governo tenha coragem para fazer uma reorganização administrativa dos Municípios.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Estas reações são engraçadas! Estou no Salão Nobre duma Câmara Municipal onde a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica foi mais que violada!-----

E é engraçado como em determinadas circunstâncias «a Democracia funciona quando é a meu favor», porque nesta mesma Assembleia Municipal, na altura da discussão da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, não funcionou a Democracia, nem a vontade dos seus membros, funcionou um Tribunal decisório.-----

Quem sabe, hoje se possa corrigir o errado. Por isso mesmo, os Governos têm competência para revogar leis e medidas dos seus antecessores.-----

Se tal acontecer, eu não direi «vai haver sangue», por concordar com a correção do que está mal, tendo em conta as vontades das populações. Tal como como referiu o deputado municipal José Elísio Oliveira, muitas freguesias eventualmente dirão «queremos voltar ao antigamente».-----

E a eventual reversão do processo da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica em algumas freguesias, terá de ser analisado caso a caso, porquanto nem tudo correu mal, nem todas as freguesias reivindicarão voltar ao antigamente.---

Será pois a oportunidade de emendar o que em 2012, de forma apressada, com favores e créditos políticos, foi decidido nesta mesma sala.-----

E enquanto for vivo não esquecerei a forma como esta Assembleia Municipal foi usada para fazer um julgamento sumário daquilo que andava a ser dirimido noutros lados.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Os Presidentes de Junta prometeram, na primeira oportunidade, trazerem aqui novamente este processo, cujo próprio acrónimo é esquisito. Daí a minha admiração por ser o deputado municipal João Paulo Tomé a apresentar esta Moção. No mínimo, esperava uma intervenção dos onze Presidentes de Junta presentes. Onde está a vossa Moção?-----

Ganharam eleições a afirmar coisas que não eram completamente verdades. Sejam honestos intelectual e politicamente.-----

Alguns desses Presidentes de Junta opuseram-se completamente a um processo que tinha de ter participantes. Na reforma administrativa, algumas coisas correram mal, é verdade, mas uma dessas coisas foi terem dito «nós não temos nada a ver com



isso».-----
Não há nenhum processo que colha a satisfação de todos. Relembro um pormenor muito importante - na altura, perguntava-se aos portugueses se concordavam existirem freguesias a mais, e todos concordavam, se concordavam existirem câmaras municipais a mais, e todos concordavam, mas quando se perguntava se concordariam que fosse a sua freguesia ou o seu Município a ser agregado, aí todos respondiam NÃO.-----
Sejam honestos intelectualmente. Nesta Assembleia Municipal esperava ouvir, pelo menos, onze Presidentes a intervir sobre esta Moção, mas estão calados. Gostei de ver o vosso silêncio."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Santos Madaleno.-----

VITOR SANTOS MADALENO: "Estou um pouco surpreendido com esta intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco. E quer saber as razões?-----
Os Presidentes de Junta aqui presentes fazem muito bem em se remeter ao silêncio, e também fizeram bem ao não aceitarem negociar em 2012. Afirmo isto, porque o único que aceitou negociar fui eu e fui enganado.-----
Eu negocieei o mapa para a freguesia de Tavarede com o deputado municipal Carlos Silva Rabadão e com o Vereador Miguel de Almeida e uma outra pessoa, tendo-me sido dito nessa reunião ser aquele o Mapa para a freguesia de Tavarede. Todavia, na sessão da Assembleia Municipal, confrontei-me com um Mapa totalmente diferente. Os meus colegas autarcas, e muito bem, não aceitaram negociar, porque repito, eu fui o único que o fiz e fui enganado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Jorge Bugalho Silva.-----

JORGE BUGALHO SILVA: "Tinha e tenho uma admiração pela forma como o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco traz os seus assuntos a esta Assembleia Municipal. Considero-o uma pessoa politicamente evoluída, e apresenta os seus temas com correção. Mas, hoje, senti-me bastante ofendido.-----
Estou no primeiro mandato como Presidente de Junta, não tive qualquer intervenção na discussão da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, pois á data, ainda não era autarca, mas ofenderam-me profundamente as suas palavras, e estou desiludido consigo como pessoa."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, os Presidentes de Junta do grupo municipal do Partido Socialista, estão em silêncio porque querem, e até ficam gratos por o grupo municipal da Coligação Somos Figueira chamar à atenção para esse facto.-----



Não se preocupe, a seu tempo eu e os meus colegas adotaremos a posição que entendermos mais conveniente.-----

É, contudo, curioso como o seu grupo municipal parece nervoso quando esta situação foi trazida de novo à ribalta.-----

Os autarcas estão calmos e saberão resolver os seus problemas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Carlos Silva Rabadão.-----

CARLOS SILVA RABADÃO: “Repudio as afirmações do Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede e deputado municipal Vitor Santos Madaleno, quando referiu o meu nome. Em momento algum do processo da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica houve negociações. Conversou-se sobre essa questão com alguns dos intervenientes, sendo esta a primeira vez que me dizem que o Mapa submetido à Assembleia Municipal era diferente do que esteve em cima da mesa nas conversações com os autarcas. Repito é a primeira vez.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: “Todos conhecem a minha posição em relação a este processo. Foi bom o deputado municipal Carlos Silva Rabadão ter usado da palavra, pois eu estava a pensar mencioná-lo nesta minha intervenção, e já lhe explico as razões. No dia da sessão desta Assembleia Municipal, onde foi decidida a questão da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, eu encontrei o deputado municipal Carlos Silva Rabadão lá fora nas escadas e perguntei-lhe: «mas que trapalhada fizeram?». Deve recordar-se da sua resposta: «eu não tive culpa, o culpado foi o Miguel de Almeida». Não tenha a coragem de negar, porque a palavra do Homem tem de ser honrada. Mentira ou verdade?-----

Se o deputado municipal Carlos Silva Rabadão não tivesse falado, tão pouco eu o faria agora, pois estive sempre calado até hoje.-----

«O seu a seu dono», a verdade tem de ser dita. Se a Democracia o permitiu anteriormente também o permitirá agora, pois do meu ponto de vista chegou a hora de se repor alguma verdade sobre uma situação, lamentavelmente negociada e chantageada.-----

A freguesia da qual sou Presidente até pode ficar na mesma, mas não são só as freguesias da Figueira da Foz que importam, são as do país. E se houver possibilidade de melhorar, estamos cá para isso.-----

Uma coisa é verdade, eu e o meu colega e autarca João Filipe Carronda, fomos enxovalhados na Assembleia da República pelo então deputado da nação, Carlos Abreu Amorim. Tínhamos ido à Assembleia da República para expor a situação da Figueira



da Foz, um Concelho até então equilibrado em termos de freguesias, alertando para a «batota» e «jogos» de bastidores em curso, mas alguém aqui da Figueira da Foz, que eu desconfio quem seja, o avisou da nossa ida.-----

E aconteceu algo aviltante. Fizeram-nos estar meia hora no corredor à espera, e esse deputado da nação recebeu-nos ali mesmo, nem se dignou mandar-nos entrar para o seu gabinete, para nos oferecer um copo de água.-----

Portanto, o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, sabe como eu o admiro, e apoio totalmente quando fala em intelectualidade política, mas também tem de saber a verdade total, e como na altura ainda não era deputado municipal talvez não a conheça.-----

Mas concordo inteiramente - haja educação e intelectualidade na política.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “O grupo municipal do Partido Socialista acha lamentável a intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, e do grupo municipal da Coligação Somos Figueira, ao colocar de certa maneira em causa a verticalidade dos Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes, e o seu silêncio.-----

Em meu entender, os próprios Presidentes de Junta da Coligação Somos Figueira deveriam demarcar-se claramente desta posição, porque o que assistimos hoje não foi bonito.-----

Obviamente, o Partido Socialista sempre foi e será contra a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, e votará sempre com os Presidentes das Juntas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Popular, popular seria mesmo o Partido Socialista propor ainda a criação de mais freguesias, aproximando mais o poder local dos fregueses, isto é, repor tudo como estava e criar ainda mais freguesias. Porque o Partido Socialista assinou o documento, enquanto Governo, onde estava prevista a redução das freguesias.-----

Percebo os Presidentes de Junta, todos falam com o coração, por amor à terra, mas assumam-se, quem teve na sua mão, quem teve a culpa das coisas decorreram como decorreram foi o Partido Socialista, porque foge do contencioso como o Diabo da cruz, e à frente de tudo colocou os votos no Concelho, sem previamente ponderar se o processo deveria ir ou não para a frente.-----

Se o Partido Socialista tem entrado, aliás como o deveria ter feito, na discussão do problema, outra solução poderia ter sido certamente encontrada. Porém,



preocupado com a questão dos votos como estava, a sua preocupação número um, fugiu e por isso a situação deu naquilo que deu. O resto é tudo conversa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Não devemos olhar só para o nosso umbigo e para o nosso Concelho. A Associação Nacional de Freguesias está a desenvolver um trabalho no sentido de, conjuntamente com o Governo atual, proceder a algumas alterações em relação à agregação de freguesias. Tal não significará ir contra o projeto anterior, mas ir ao encontro das expectativas das populações.”-----

Relativamente à intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, e no tocante ao que aconteceu há três anos aqui nesta Assembleia Municipal, para mim grave foi a maior parte dos Presidentes de Junta desrespeitarem as suas Assembleias de Freguesia, que votaram contra as agregações, e os mandatarem para fazer o mesmo neste órgão deliberativo, tendo eles alterado esse sentido de voto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Para lembrar o meu amigo Teotónio Jesus Cavaco, dado não integrar a Assembleia Municipal de então, que o principal argumento aqui esgrimido foi: «ou agregamos quatro freguesias, ou ficamos sem seis freguesias». E a escolha das freguesias e a geografia criada só teve a ver com isso e com os interesses em termos de relevância política da altura.”-----

Daí Tavadrede ter ficado de fora, e em Lavos se ter retirado território a Vila Verde, e por aqui me fico...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Duas notas muito rápidas para defesa da honra.-----

Quanto ao conceito de «virgem ofendida», por favor deixem-se lá dessas coisas, porque eu não ofendi ninguém.”-----

Obviamente estamos aqui a falar de questões políticas. Tenho o maior apreço e consideração pessoal por cada um dos Presidentes de Junta deste Concelho. Falo de questões políticas, o vosso silêncio é político, entendam-no desta forma.-----

Todavia, não deixa de ser interessante que continuem a falar do passado. O Quino, autor da banda desenhada da Mafalda, apontava como sendo o maior problema de algumas pessoas o facto de verem o futuro com a testa.-----

Tão pouco foi o grupo municipal da Coligação Somos Figueira a trazer aqui este tema, pois tanto quanto sei está-se a discutir uma Moção do Bloco de Esquerda. Por exemplo, o Primeiro Ministro António Costa tece os maiores elogios à reorganização territorial na cidade de Lisboa.-----



Não insistam no passado, certamente durante este processo, eu próprio e todos nós sentimos existirem certos aspetos que podiam ter corrido muito melhor.-----
Falei do vosso silêncio no presente. Se correu tão mal no passado, agora nesta Assembleia Municipal deveriam ter apresentado uma Moção imediata para se reverterem as coisas mal feitas. Se foi tão mal feito porque não corrigir? Falo do futuro e não estou a ofender rigorosamente ninguém.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: “Não é só o Primeiro Ministro António Costa a estar satisfeito com a resolução adotada em Lisboa, também o estão todos os Presidentes de Junta envolvidos no processo e todas as freguesias hoje a funcionar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Compreendo as razões do deputado municipal João Paulo Tomé ao trazer aqui à discussão o problema das autarquias e da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica concretizada em 2013, porém considero ser extemporâneo fazê-lo neste momento.-----

Conhece-se a vontade deste Governo em rever este processo, concedendo às Assembleias Municipais a soberania e a jurisdição sobre esta matéria, isto é, afastando o planeamento de autarquias de uma mera predefinição legal, deixando às Assembleias Municipais a competência para a configuração das suas freguesias.---

Aliás, isto está mais ou menos previsto e delineado quer no programa do Partido Socialista, quer no dos outros partidos integrantes do acordo parlamentar, embora estes últimos prevejam a revogação imediata do diploma. Porém, a solução passará necessariamente por este tipo de Democracia participativa.-----

No fundo, isto não fica muito aquém das minhas reivindicações de então, ou seja, a jurisdição plena e máxima só para o órgão Assembleia Municipal, através de um processo de consulta e de transparência, indo ao encontro das novas e bem fundadas orientações da Democracia participativa.-----

Analisarei o diploma quando for publicado. Enquanto tal não acontecer esta proposta parece-me extemporânea por não poder ser enquadrada na legislação atualmente vigente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro e Isabel Guardão Tavares, e da Coligação Somos Figueira, João Gomes Lopes e Isabel Sousa Gaspar, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos



a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, onze abstenções dos membros da Coligação Somos Figueira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, e um voto contra do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, aprovar a Moção subscrita pelo Bloco de Esquerda apelando à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia para auscultarem as suas populações quanto às eventuais manutenção ou reversão da atual situação decorrente da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica de efetuada em 2012.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

X – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “A Lei 142/2015, de 08 de setembro, procedeu a alterações ao articulado da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 01 de setembro), republicando-a.-----

As principais alterações introduzidas repercutem-se na Comissão alargada - funciona em plenário ou por grupos de trabalho, reunindo com uma periodicidade mínima mensal (anteriormente bimensal), e pressupõe a afetação dos comissários ao trabalho efetivo da Comissão, por tempo não inferior a oito horas mensais, a integrar o período normal de trabalho. - na Comissão restrita - composta por um número ímpar, nunca inferior a cinco dos membros que integram a comissão alargada, funciona em permanência, reunindo com uma periodicidade quinzenal, e os seus membros exercerão funções em regime de tempo completo ou de tempo parcial, de acordo com os critérios de referência estabelecidos pela Comissão Nacional (anteriormente definida na Portaria de instalação) - no exercício de funções de membro da Comissão agora com carácter prioritário relativamente às que exercem nos respetivos serviços, constituindo serviço público obrigatório, e sendo consideradas, para todos os efeitos, como prestadas na profissão do respetivo titular - vide art.º 25.º do diploma invocado, e no mandato, agora, de três anos, renováveis por duas vezes (anteriormente eram dois anos, renováveis).-----

A Comissão alargada integra quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal, de entre cidadãos com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.-----

Em sede de Assembleia Municipal de 29 de Novembro de 2013, foram designados João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos, Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz, Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares, e Maria Margarida de Oliveira Fontoura, cujo mandato de dois anos terminaria a 29 de novembro de 2015.-----

Perante a entrada em vigor das alterações introduzidas pela Lei 142/2015, de 08



de setembro, e tornando-se imprescindível decidir esta matéria, em reunião de líderes deliberou-se pela manutenção em funções como comissários até 29 de novembro de 2016, dos cidadãos designados pela Assembleia Municipal em 2013, concluindo dessa forma o período de mandato de três anos previstos na atual legislação, e informando-os da afetação mínima de oito horas mensais na comissão alargada, podendo esta aumentar caso venham a integrar a comissão restrita.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Y – VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO LEYA AO VEREADOR DO EXECUTIVO MUNICIPAL ANTÓNIO TAVARES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A Coligação Democrática Unitária porpõe a esta Assembleia Municipal um voto de congratulação pela recente atribuição do Prémio Leya 2015 ao Vice-Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Vereador António Tavares, pelo seu romance «O Coro dos Defuntos».-----

Tendo sido finalista do referido prémio em 2014, o Dr. António Tavares consegue desta vez o galardão maior, constituindo um enorme motivo de satisfação pessoal, naturalmente, mas também uma razão de orgulho para o Município.-----

Este prémio confirma uma realidade indesmentível – a Figueira da Foz é uma terra fértil de artistas nas mais variadas vertentes da intervenção artística.-----

Parabéns pelo prémio e por mais esta confirmação, motivo de orgulho coletivo por parte dos figueirenses.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “O grupo municipal da Coligação Somos Figueira naturalmente e com a devida vénia, subscreve e regozija-se com este voto de congratulação aqui apresentado, e votá-lo-á favoravelmente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Muito embora já tenha felicitado pessoalmente o Vereador António Tavares, os membros do grupo municipal do Partido Socialista associam-se a este voto de congratulação, e com muito gosto e orgulho apoiarão incondicionalmente esta proposta do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Fausto Santos Loureiro, Fernanda Marques Lorigo, e Ana Raquel Correia, da Coligação



Somos Figueira, João Gomes Lopes, e do Bloco de Esquerda, João Paulo Tomé, deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de congratulação ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vereador António Tavares, pela conquista do Prémio Leya 2015, com o seu romance «O Coro dos Defuntos».-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

Z - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016 - PROJETO VENCEDOR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Pinto.-----

JOÃO PAULO PINTO: "Gostaria de saber qual o projeto vencedor do Orçamento Participativo de 2015"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O projeto vencedor foi o número 19, Figueira Fitness - Fitness ao ar livre, saúde e bem estar.-----

Este projeto, do meu ponto de vista, mais democrático e abrangente, prevê a instalação em 13 freguesias de quatro equipamentos de fitness ao ar livre, de acesso gratuito e pensado para cidadãos de todas as idades, bem como a colocação, no Parque das Abadias e na Praia de Buarcos, de equipamentos de fitness distintos, utilizáveis por várias pessoas em simultâneo. Enquadra-se na definição estratégica da Figueira da Foz como Cidade Saudável. Acabou destacado na votação, com 174 votos, mais 17 sobre o segundo classificado.-----

Foi para mim gratificante a forma como decorreu a primeira proposta de Orçamento Participativo, pela grande adesão, houve cerca de dez projetos de vária ordem, com nível, e com impacto municipal de relevante interesse público. A maior parte dos projetos apresentados constituem excelentes propostas, e o executivo municipal tentará, na medida do possível, concretizá-los.-----

Chegamos ao fim deste ano de 2015, termos o projeto eleito para executar no ano de 2016, e já em andamento o Orçamento Participativo para o ano de 2017, é um motivo de congratulação."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO:

4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO E RECONHECIMENTO À UNIDADE INDUSTRIAL ERNESTO MORGADO, S.A., PELO PRÉMIO NA CATEGORIA PRODUTO INOVAÇÃO, CONQUISTADO NA SEXTA EDIÇÃO DO FOOD & NUTRITION AWARDS

Pelo Gabinete de Apoio à Presidência, foi presente uma proposta dos Vereadores da Coligação Somos Figueira, subscrita também pelos Vereadores do executivo municipal, propondo um voto de congratulação e reconhecimento à unidade industrial Ernesto Morgado, S.A., pelo prémio conquistado na sexta edição do Food & Nutrition Awards, na categoria produto inovação,.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Fernando Miguel Pereira, Susana Oliveira Monteiro, Margarida Pinto Cunha, e José Matias Tavares, da Coligação Somos Figueira, Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de congratulação e reconhecimento à unidade industrial Ernesto Morgado, S.A., pelo prémio na categoria produto inovação, conquistado na sexta edição do Food & Nutrition Awards.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ 2014/2017 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO À SUA CONSTITUIÇÃO

Pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais foi proposta a primeira alteração à composição do Conselho Municipal de Educação, na sequência das alterações legislativas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Fernando Miguel Pereira, Susana Oliveira Monteiro, Margarida Pinto Cunha, e José Matias Tavares, da Coligação Somos Figueira, Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, deliberou,



por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos art.ºs 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, na sua última redação dada pelo Decreto-Lei 72/2015, de 11 de maio, aprovar a primeira alteração à constituição do Conselho Municipal de Educação da Figueira da Foz para o mandato de 2014-2017, o qual passará a ter a seguinte constituição:-----

- João Albino Rainho Ataíde das Neves, Presidente da Câmara Municipal;-----
- José Duarte Pereira, Presidente da Assembleia Municipal;-----
- António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares, Vereador responsável pela Educação, que substitui o Presidente, nas suas ausências e impedimentos;-----
- Maria Fernanda Marques Lorigo, Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios;---
- Rigoberto Pereira Correia, Delegado Regional de Educação;-----
- Pedro Mota Curto, Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Mar;-----
- Adelino Mário Graça Matos, Diretor do Agrupamento de Escolas da Zona Urbana;--
- Ana Paula Guimarães Simões Carrito, Diretora do Agrupamento de Escolas do Paião;
- Carlos Alberto Pais dos Santos, Diretor da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho;-----
- Manuel Marques Coelho, em representação do pessoal docente do ensino secundário público;-----
- Fernanda Paula Fernandes dos Reis Pinheiro, em representação do pessoal docente do ensino básico público;-----
- Rosa Isabel Pires Duarte R. de Aquino, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública;-----
- Paula Costa, em representação dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados;-----
- Helena Maria Alves Roso e Diogo Serôdio, respetivamente, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Figueira Mar e do Centro Escolar S. Julião/Tavarede;-----
- Ana Rita Jordão Silva, em representação da Associação de Estudantes da Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho;-----
- Assunção Cristino, da Casa Nossa Senhora do Rosário, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que desenvolvem atividade na área da educação;-----
- José Manuel Batata Faria, em representação dos serviços públicos de saúde;----
- Olga Maria Mendes Guimarães Claro, em representação dos Serviços da Segurança Social;-----



- Maria Adelaide dos Santos Crespo, Diretora do Centro de Emprego da Figueira da Foz, em representação dos serviços de emprego e formação profissional;-----
 - José António Fresco, Comandante do Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho da Guarda Nacional Republicana, em representação das forças de segurança;-----
 - Bruno Pais de Menezes, em representação do Conselho Municipal de Juventude.---
- Deliberação aprovada em minuta.**-----

5.3 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2015

Pela Subunidade Orgânica de Recursos Humanos foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2015 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando um posto de trabalho de técnico superior em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, no Departamento de Obras Municipais e Ambiente, e três postos de trabalho de assistente operacional na área de ação educativa, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo incerto, na Divisão de Educação e Assuntos Sociais, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

A previsão do lugar de técnico superior permitirá a reintegração em funções de um arquiteto em regime de licença sem vencimento de longa duração desde 2007, e os três lugares de assistente operacional destinam-se a colmatar algumas ausências mais prolongadas de trabalhadoras dos jardins de infância do Concelho da Figueira da Foz, motivadas por doença e maternidade.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 04 de dezembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Confirmando o documento a efetiva necessidade de recrutamento destes três assistentes operacionais, para o exercício de funções permanentes, e propondo-se o preenchimento destes lugares em regime de contrato a termo, a Coligação Democrática Unitária questiona-se porque razão não são contratados por tempo indeterminado, tal como se avança com o Técnico Superior a ser afeto ao Departamento de Obras Municipais e Ambiente. Em meu entender, para necessidades permanentes, lugares permanentes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Estes três assistentes operacionais irão substituir duas trabalhadoras doentes e uma grávida, uma situação precária e provisória, daí o preenchimento dos lugares ser a termo certo, isto é, a forma legalmente possível. Percebo as suas preocupações em termos de segurança no vínculo laboral, mas o



Município tem de nos reger pelas leis vigentes e pelos condicionalismos por elas impostos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Fernando Miguel Pereira, Margarida Pinto Cunha, José Matias Tavares, e Jorge Bugalho Silva, da Coligação Somos Figueira, Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2015, criando um posto de trabalho de técnico superior em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, e três postos de trabalho de assistente operacional na área de ação educativa, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo incerto.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016-2019 E ORÇAMENTO PARA 2016

Foram presentes as Grandes Opções do Plano para 2016-2019 e o Orçamento para o ano de 2016, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património - Subunidade Orgânica de Contabilidade deste Município, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Foi também presente a proposta de orçamento, documento que se dá aqui por integralmente reproduzido constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Foi ainda presente uma proposta de alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, tendo em vista o reajustamento do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2016, na sequência da criação de três postos de trabalho de assistente operacional na área de ação educativa, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo incerto, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.---

Estas propostas foram votadas favoravelmente, respetivamente, nas reuniões de Câmara de 30 de outubro e 04 de dezembro, ambas de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “A Coligação Democrática Unitária reconhece, neste



orçamento, alguns aspetos positivos em geral. A sua apresentação atempada, o equilíbrio orçamental sem o empolamento das receitas, o pagamento a fornecedores a 30 dias, o superavit entre as receitas e despesas correntes investido nas despesas de capital, a diminuição das obrigações em juros, o cumprimento, na generalidade, das projeções e o cumprimento do planeamento financeiro.-----

Na apreciação mais particular, importa chamar a atenção para alguns aspetos centrais, e que se repetem ano após ano.-----

Do lado das receitas, a evolução cada vez mais clara, é a de que são sobretudo os trabalhadores e as famílias os que mais contribuem para as receitas da Câmara. O Governo do Partido Social Democrata e do CDS - Partido Popular reduziu quase à insignificância a participação do Orçamento Geral do Estado no financiamento das autarquias, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo de Apoio às Autarquias, e transferiu esse ónus para o Imposto Municipal sobre Imóveis e para a participação dos Municípios no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Vale a pena determo-nos no Imposto Municipal sobre Imóveis. Prevê-se para 2016 uma receita de 12.022 milhões de euros, superando o ano de 2015 em que a Câmara cobrou 11.934 milhões de euros. O Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2015 com um peso de 60,13% no total das receitas fiscais, terá previsivelmente no ano de 2016 o peso de 62,33%. Isto prova que a Câmara Municipal tem esperança que o aumento de receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis não termine. Nós somos da mesma opinião, esta receita vai aumentar, mas também prova que o Partido Comunista Português tinha razão quando propôs os 0,35% em vez dos 0,40% na taxa a aplicar. E vale a pena lembrar, em contraponto, que, ainda no capítulo das receitas a Derrama, que tinha um peso orçamental de 12,89% desce para 9,76% (1.882.422 milhões de euros), é um imposto cuja tendência de descida se mantém, basta consultar o quadro I do ponto 5.8 que vamos votar hoje.-----

Repare-se, no entanto, que este valor orçamentado nem sequer está de acordo com os 2.399.624 milhões de euros indicados como valor de cobrança dos 10 meses do ano de 2015 no ponto 4.1 - Informação Financeira.-----

Existe sobre este imposto um encobrimento inexplicável por parte da Autoridade Tributária, e numa também inexplicável ausência de compensação por parte dos governos, que com as isenções no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas baixam sem pudor as receitas das autarquias.-----

Mas, independentemente das explicações, ou da sua ausência, esta impunidade para as empresas, já longa, demonstra bem a política de classe que tem sido aplicada



também no financiamento das autarquias.-----
Do lado das despesas também deixo aqui umas breves notas. Os puristas das «gorduras» do Estado, e também da «gordura» das autarquias devem estar satisfeitos com a redução das despesas com pessoal (de 10.408.035 milhões de euros correspondentes a 25,06% para 9.312.492 milhões de euros correspondentes a 22,13%) o que corresponde a uma redução de cerca de 10% da rubrica.-----
Mas naturalmente mais satisfeitos ficarão com a tendência de aumento das despesas com Aquisição de Bens e Serviços, hoje a rubrica com maior peso na despesa, embora haja uma descida ligeira relativamente ao ano anterior (embora a projeção dos números da execução orçamental nos deixe um valor superior ao orçamentado).-----
Em 2015, a diferença percentual entre estas duas rubricas era de 3,3%, ao passo que este ano a diferença sobre para 5,16%.-----
Vamos ver alguns exemplos de despesa. A Câmara orçamentou 532.048 € em despesa com água. Não sabemos se é muito ou pouco para as suas necessidades. Presumimos que será o adequado.-----
Mas já não é adequado que a Câmara receba da Concessão da Exploração a quantia de 353.968 €. Isto é, a concessão das águas não só não dá para pagar a água, como a Câmara ainda dá mais 178.080 € à concessionária. Um único cliente paga a concessão e ainda sobra. A julgar pelo valor dos consumos, valia bem mais a pena manter os Serviços Municipalizados de Águas. E já agora, com estes números percebe-se porque era tão importante para o governo anterior privatizar a água.-----
Na eletricidade, a renda recebida é de 1.703.601 € e o pagamento de consumos é de 651.697 €, representando cerca de 38% do valor da renda. Repare-se, no entanto, que estamos a falar de empresas que atualizam os tarifários anualmente, mas, entretanto, as rendas são fixas ao longo dos anos.-----
A despesa de 57.501 € com os serviços de limpeza e higiene parece-nos diminuta para as exigências do Concelho.-----
Recorremos à Informação Financeira e verificámos que em 2015, até outubro, a Câmara Municipal gastou 182.357 € em limpeza e conservação de espaços verdes, 885.853 € nos Resíduos Sólidos Urbanos e 738.271 € no tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos, o que perfaz 1.806.481 € em 10 meses. A manter-se esta tendência, o valor no final do ano será de 2.167.777 €.-----
Presumimos, então, que o valor de 57.501 €, orçamentado para 2016, não corresponde à realidade e a verba a pagar por este serviço concessionado estará próxima da verba que projetámos através do Mapa de Execução Orçamental. A ser assim, a



restante verba encontra-se diluída nos 7.147.415 milhões de euros diversos. Convenhamos que são diversos a mais!-----

Continuamos a não encontrar vantagens para esta concessão, nem no preço nem na qualidade, à exceção do tratamento dos resíduos sólidos. A sua municipalização sairia mais barato e de melhor qualidade.-----

Mas, naturalmente, isto iria chocar os puristas das «gorduras» do Estado e das Autarquias, os quais por razões puramente ideológicas não se dão ao trabalho de fazer um balanço sério deste tipo de concessões.”-----

E já agora aproveitaria para referir ser uma falta de respeito as pessoas aparecerem às 15,40 horas para uma reunião marcada para as 15,00 horas. Os elementos da Coligação Democrática Unitária chegaram às 15,00 horas, já cá estava o Presidente da Assembleia Municipal e outros elementos, mas poucos. Todos nós devemos fazer um esforço para ser pontuais, porque o tempo é precioso para todos, não é só para alguns, e o respeito também é bonito. Obrigar as pessoas a esperar 40 minutos para se poder iniciar a sessão, convenhamos não é bonito.-----

A ironia do deputado municipal José Pereira da Costa e os risinhos nervosos do grupo municipal da Coligação Somos Figueira , hoje novamente Partido Social Democrata, devem-se essencialmente ao azedume pela perda do poder, poder esse que tinha por objetivo continuar a mesma política desastrosa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A Coligação Democrática Unitária não encontrou nos documentos qualquer referência à construção do Campo de Relva Sintética de São Pedro.-----

Falo de uma promessa antiga, que urge cumprir por todos os motivos e mais um que se lhes acresce: a Cova Gala tem hoje a segunda equipa mais importante do Concelho, em termos de futebol federado.-----

A Coligação Democrática Unitária pergunta: a sua construção está incluída no Centro Escolar de São Pedro e estruturas anexas? Se não estiver, coloca uma nova pergunta: para quando o Campo Sintético de São Pedro?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Presentes os documentos correspondentes às propostas de Orçamento do Município da Figueira da Foz para o ano de 2016, e Grandes Opções do Plano para 2016-2019, o grupo municipal do Partido Socialista , após cuidada observação e análise, manifesta o seu parecer.-----

1 - O valor total do orçamento proposto para o ano de 2016 é de montante idêntico



ao do ano de 2015, 42.086.816,00 €/41.527.447,00 € (+ 1,3%), o que por si só representa uma ponderada elaboração, tendo em conta as execuções verificadas nos recentes anos passados, a execução conhecida no presente ano, e a dinâmica económica prevista para o ano de 2016, credibilizando-o.-----

2 - Foram tidos em conta os condicionamentos/constrangimentos decorrentes do Plano de Saneamento Financeiro, originário em 2011, limitando a dotação dos recursos a afetar a bens e serviços.-----

3 - Em resultado da iniciativa de renegociação das condições de financiamento da dívida, obteve-se uma poupança de aproximadamente 600.000,00 €, permitindo a sua afetação ao investimento em despesas de capital.-----

4 - Apesar de se ter atingida a maturidade de responsabilidades por operações de crédito vencidas, ainda assim 13% (5.400.000,00 €) do valor orçamentado, é «consumido» pelo serviço da dívida.-----

5 - As despesas correntes - redução de cerca de 8% face ao orçamentado para 2015 (1.844.000,00 €) - para além de beneficiarem da significativa redução de juros da dívida, refletem a vantagem negocial, em termos de preços, de muitos dos fornecimentos e serviços de terceiros, fruto do esmagamento do prazo médio de pagamento (cerca de 20 dias), bem como as medidas tomadas para uma melhor eficiência energética em diversos equipamentos municipais. Continua a verificar-se uma particular atenção nas necessidades de aquisições de serviços e fornecimentos, sem colocar em causa o normal funcionamento das incumbências e responsabilidades da autarquia.-----

6 - Beneficiando dos registos anteriores, observa-se a inscrição de um significativo aumento nas despesas de capital/investimento, rondando os 11.900.000,00 € (+ 27,47% em relação a 2015).-----

7 - Releva-se o investimento na recuperação das vias municipais, a intervenção no areal da praia de Buarcos e São Julião, o Centro Escolar de São Pedro, o Centro de Saúde das Alhadas, o restauro do Forte de Santa Catarina, diversas intervenções no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, reabilitação da Piscina Municipal das Alhadas, Campo de Futebol da Leirosa, entre outros.-----

Sendo um orçamento estrategicamente elaborado e pautado do princípio da credibilidade, que vem sendo reconhecido no exercício da gestão do Município da Figueira da Foz, e tendo em conta as observações anteriormente referidas, o grupo municipal do Partido Socialista, confirmará com o seu voto favorável, as Grandes Opções do Plano para 2016-2019 e o Orçamento para o ano de 2016.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Não vou conseguir falar tão rápido como o deputado municipal João Filipe Carronda acabou de fazer, mas vou tentar ser o mais breve possível na minha intervenção. Apreciei a sua rapidez na leitura do documento, parecendo chegar ao fim com um «Uf! Está feito.»-----

A toada ao analisar este documento deve ser de cordialidade, em espírito de sincero e reconhecido interesse pelas coisas do nosso Concelho, aceitando as naturais diferenças de opinião, porquanto, estamos aqui para com toda a honestidade intelectual apresentar os nosso pontos de vista e sermos a voz de quem nos elegeu. Posto isto, é importante fazer-se o enquadramento dos últimos 05/06 anos e perceber qual irá ser o sentido de voto do grupo municipal da Coligação Somos Figueira nesta importantíssima questão.-----

Há 06 anos atrás, o anterior executivo do Partido Socialista venceu as eleições democraticamente, porém, sem maioria absoluta e num contexto de necessidade de um Plano de Saneamento Financeiro. E, desde a primeira hora, o Partido Social Democrata, compreendendo o sentido de voto da maior parte da população, entendeu dever contribuir para criar condições políticas, sociais, e económicas a esse executivo para governar, mesmo não tendo a maioria absoluta, porque esse é o sentido da democracia.-----

Nesse aspeto, a atuação do Partido Social Democrata foi absolutamente transparente, contribuindo ativamente para que o Plano de Saneamento Financeiro pudesse ser um documento da Figueira da Foz, não do Partido Socialista ou de uma outra qualquer força política. Foi um documento construído com o contributo político das várias forças, na altura, com assento não só na Câmara Municipal como também na Assembleia Municipal. E, também, durante os 04 anos do anterior executivo, o Partido Social Democrata sempre se absteve na votação do Orçamento, não obstante poder discordar de um ou outro aspeto fundamental, por considerar ser importante permitir ao Presidente da Câmara e restantes elementos do executivo municipal exercer o seu mandato.-----

Contudo, as eleições de 2013 modificaram o espectro político no Concelho da Figueira da Foz, dando maioria absoluta ao atual executivo do Partido Socialista. Com este capital político, com um Plano de Saneamento Financeiro a ser cumprido, com o aumento de impostos imputado ao Governo mas que acabou também por beneficiar as Contas da Câmara Municipal da Figueira da Foz, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira acreditou ser possível aliviar um pouco a execução orçamental. Com



a aprovação, por maioria absoluta, aqui nesta Assembleia Municipal de um documento ao qual foi dado o nome de Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz, mas quanto a mim nada tem de estratégico, e com uma execução orçamental reconhecida como sendo boa, do meu ponto de vista estavam reunidas as condições políticas, sociais e económicas para que as Grandes Opções do Plano para os próximos 03 anos refletissem essa euforia vivida e sentida por muitas pessoas com algumas responsabilidades financeiras na Figueira da Foz.-----

E qual não é o meu espanto quando são presentes estas Grandes Opções do Plano e Orçamento, que permitam-me dizer - é mais do mesmo - não tem uma estratégia.----
Senão vejamos: na página 15 fala-se em prioridades e logo a alínea a) se aponta a «consolidação financeira». Isto não é uma prioridade, é uma inevitabilidade, quer dizer, não se pode fugir a isto.-----

Mais à frente indica-se a « regeneração/reabilitação urbana», avançando 07 ou 08 projetos, dos quais em 05 ou 06 se refere «iniciação da elaboração do projeto».-
Dito isto, onde está a estratégia? Onde está o rumo? Onde está espelhado neste documento o sentimento que é preciso dar à população não só da Figueira da Foz, mas aos que querem investir na Figueira da Foz? E esta era a minha segunda questão - onde está a solução? Onde está o investimento?-----

O atual executivo não se pode queixar da oposição do Partido Social Democrata não ser construtiva. O Partido Social Democrata avançou com diversas medidas objetivas, quantificadas, bem acolhidas em sede de reunião de Câmara, mas que não estão minimamente plasmadas neste documento. Os senhores acharam por bem dizer: sim senhor são muito boas medidas, deram umas palmadinhas nas costas, mas nada disso está aqui refletido.-----

Atenção, repito uma vez mais não querer ofender ninguém, sendo esta minha intervenção política, mas não vejo nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento qualquer estratégia, qualquer rumo, ou qualquer solução.-----

Se estiver enganado corrijam-me - a Figueira da Foz é o Concelho mais envelhecido, onde há mais desemprego e menos investimento, e este documento não revela qualquer intenção de inverter esta tendência. Também não está aqui contemplada a verba fruto da dissolução da Figueira Grande Turismo, Empresa Municipal, em meu entender, importantíssima dentro de dois meses por corresponder a cerca de 10% do Orçamento. Estas são as razões pelas quais o grupo municipal da Coligação Somos Figueira irá votar contra este Orçamento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----



JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Gostei muito da intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, sobretudo quando se referiu ao anterior executivo. Era outra rapaziada, era uma gente do arco da velha, até davam dinheiro e materiais às Juntas de Freguesia, faziam obras nas freguesias...-----

Até poderia ter motivos para votar contra este Orçamento, mas vou votar a favor porque não obstante, na minha opinião, continuar a enfermar do mesmo defeito dos outros - muito dinheiro para a Cidade e pouco para os pelintras das freguesias - tenho esperança que o Presidente da Câmara, com a sua imaginação, possa encontrar, numa ou noutra rubrica menos específica, algumas verbas para apoiar as freguesias. Assim, serei solidário com a Câmara Municipal e com os meus colegas Presidentes de Junta, ou, pelo menos, com a maioria deles, porquanto se a Câmara Municipal reivindica que as empresas localizem a sua sede no Concelho para poderem cá pagar as suas derramas, também não ficaria nada mal as freguesias onde se situam essas empresas pagadoras da derrama, terem direito assim uma compensaçãozinha, até mesmo pelos maus cheiros suportados. A Marinha das Ondas e Lavos deveriam ter direito a mais um dinheirito.-----

Os partidos concorrentes às eleições prometem todos ir investir no interior contribuindo para o desenvolvimento integrado do País. Depois quando chegam ao Governo, fazem as obras todas no litoral porque os votos estão lá."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Apenas dois ou três comentários dado ter sido referido pelo deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco. Não li a minha intervenção à pressa, contudo, a exaustão da elaboração de um Orçamento tem obviamente outra leitura por parte da oposição, sendo mais esmiuçado, conforme se viu pela intervenção da Coligação Democrática Unitária.-----

A apreciação feita por parte do Partido Socialista teve a ver com uma transversalidade de forma rápida e sintética, porque uma discussão mais setorial ou pormenorizada competirá com certeza ao executivo e ao seu Presidente.-----

Há um conjunto de estratégias definidas, sendo uma delas a do equilíbrio financeiro da Câmara Municipal, que não se viu no passado e acabou por obrigar à necessidade de um Plano de Saneamento Financeiro nascido, ou pelo menos, implementado no executivo anterior, mas que já o deveria ter sido no penúltimo mandato.-----

Na altura, guardou-se na gaveta ou não havia interesse em prosseguir-lo, daí ter ficado para o primeiro mandato do Dr. João Ataíde. É verdade, o Partido Social Democrata não dificultou o Plano de Saneamento Financeiro, mas perante uma dívida



enorme recebida pelo executivo socialista, seria no mínimo estranho dificultar a solução para o problema. Quando o Partido Social Democrata mencionou ter colaborado, fez muito bem, pois mal seria obstaculizar o sarar de uma ferida da qual tinha sido o causador.-----

Este orçamento liberta algumas verbas das despesas correntes em relação às receitas correntes para ser aplicada em investimentos no Concelho da Figueira da Foz, e isso é louvável.-----

Acusam não haver uma estratégia, mas existe a estratégia possível decorrente dos constrangimentos do integral cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. Aceito a crítica da estratégia, mas no essencial, o deputado Teotónio Jesus Cavaco, não referiu estar aqui um Orçamento desequilibrado, colocando em causa o funcionamento da Câmara para o futuro, a sua credibilidade junto dos fornecedores, etc. Esta Câmara, tal como muitas outras, tem lutado pelo seu equilíbrio financeiro para não cair no descalabro anterior.-----

A Câmara Municipal da Figueira da Foz colabora agora no Fundo de Apoio Municipal, dando apoio a outros Municípios que precisam, e não tiveram a ousadia de equilibrar as suas contas.-----

Portanto, não fiz nenhum frete, apenas fiz uma leitura rápida deste documento, sem prejuízo de quem de direito, no caso vertente, o Presidente da Câmara, poder responder na generalidade às questões suscitadas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Paulo Querido Rodrigues.-----

PAULO QUERIDO RODRIGUES: "Votarei favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, porquanto, tal como o meu colega Presidente da Junta José Elísio Oliveira, acredito que o Presidente da Câmara possa cumprir alguns anseios das populações, e no futuro possamos ver nas freguesias mais periféricas e rurais alguns investimentos.-----

Os Presidentes de Junta são os primeiros a sofrer na pele as dificuldades financeiras. Mas, seria importante haver uma distribuição mais equitativa por todo o Concelho, não se limitando o investimento à sua zona urbana."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Começaria por falar da assimetria entre o rural e o urbano aqui apontada pelos deputados municipais e Presidentes de Junta José Elísio Oliveira e Paulo Querido Rodrigues.-----

É evidente, há claramente aqui uma opção urbana, mas condicionada, porque o grosso dos investimentos potencializados na cidade são financiados pelo Plano Estratégico.



A última negociação do Acordo de Parceria valoriza talvez demais o tecido urbano. Em termos de infraestruturas, em vez de fazer a dispersão pela área territorial, concentra-se nas áreas urbanas, enquanto nas outras áreas territoriais há claramente uma opção mais virada para o investimento na agricultura e economia, com 1/4 do valor global contratualizado, de cerca de 06 mil milhões, destinado a esse efeito.-----

Verifica-se, pois, uma redução substancial em termos de destino para infraestruturas fora do contexto urbano. E, por isso mesmo, grande parte do investimento proposto pela Câmara é efetivamente na área urbana. Mas, depois, a parte sobrança e não financiada, é reorientada para pavimentações e intervenções necessárias nas infraestruturas públicas. Por exemplo, na Marinha das Ondas estou a negociar com algumas empresas locais, um processo de cofinanciamento para as infraestruturas da Leirosa, onde socialmente interessa muito intervir.----- Serão executadas obras de requalificação na EN 111, também as fizemos na EN 109, para valorizar algumas estruturas de acesso. Portanto, a prioridade é canalizar as verbas que não tenham de acudir a um qualquer projeto cofinanciado, orientando-as para o espaço não urbano e utilizando-as na requalificação dos equipamentos públicos e da rede viária municipal.-----

Há depois uma questão imaterial, pois releva-se sempre à questão só da obra, e o atual Quadro Comunitário de Apoio veio muito focalizado em ações imateriais no combate à exclusão social, ao insucesso escolar, nas medidas de capacitação e de formação dos cidadãos, etc. E aí o Município da Figueira da Foz pode realizar muito trabalho nas freguesias em termos de ajudar as pessoas diretamente, com recurso às Instituições Particulares de Solidariedade Social. Por isso se constata o reforço das políticas sociais na definição de prioridades do Orçamento municipal. Em meu entender, foi pena não se ter aproveitado mais do anterior Quadro Comunitário, porquanto, as infraestruturas, as redes e as estradas municipais estão globalmente a ficar desvalorizadas ao nível do País. Por força do excesso de investimento nas autoestradas, onde se esgotaram as verbas comunitárias de financiamento, dentro de alguns anos poderemos ficar com excelentes autoestradas e sem estradas de acesso, porque na sua grande generalidade são municipais. Mas, dentro deste critério de requalificação dos equipamentos públicos e da rede viária municipal, há aqui alguns investimentos a merecer a atenção da Câmara Municipal. Em relação às questões suscitadas, sem embargo de posteriormente ir às mais analíticas e pontualmente colocadas pela Coligação Democrática Unitária, eu



responderia ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, que só percebo a posição do grupo municipal da Coligação Somos Figueira por efetivamente começar a sentir-se alguma estabilidade financeira, porque não faz sentido votar contra este Orçamento.-----

O poder também se exerce e tem de ser participado em função das maiorias, tal como ocorreu recentemente na Assembleia da República e culminou com um Pacto. A participação do Partido Social Democrata na discussão do Plano de Saneamento Financeiro foi só no domínio da previsibilidade, e isso tinha um interesse diminuto. Perdeu-se muito nesse pormenor, mas fico satisfeito por terem aprovado o Plano de Saneamento Financeiro. Foi vital e fundamental, pese embora as discussões se tenham cingido a saber se o Imposto Único sobre Veículos ia dar 02 ou 1,5 milhões de euros, se era previsível um aumento disto ou daquilo. Aceitou-se no domínio razoável a discussão da previsibilidade das receitas para se conseguir aprovar o documento, com umas ou outra reformulação adveniente duma discussão conjunta.-----

Este Plano de Saneamento Financeiro, o último aprovado a nível nacional, implica um esforço de dívida de 05 a 08 milhões por ano, durante 12 anos. É uma dívida de 31 milhões a ser paga em 12 anos, e a crescer à dívida que já vinha de trás, ou seja, um total de 64 milhões relativamente à Câmara Municipal. Neste momento, a dívida é de 31 milhões, e espero comemorar em março de 2016, abrindo uma garrafa de espumante, obviamente barato, a sua descida dos 30 para a casa 20 milhões. Isto é impressionante.-----

A taxa dos empréstimos do Plano de Saneamento Financeiro era de 5,5% constituindo um ónus imenso, tendo-se recentemente conseguido renegociar o juro reduzindo-o para 3,25%. Não estou satisfeito, pretendo atingir o patamar de 2% e creio ter direito a esse patamar. Mas, há poucos Municípios a pagar tanta dívida em tão pouco tempo. Isto é um ónus que, inevitavelmente, nos vai acompanhar nos próximos 06 anos.-----

Porém, no final deles, se cumprirmos este Plano de Saneamento Financeiro, a Câmara Municipal da Figueira da Foz não terá endividamento. Não falo de capacidade de endividamento porque isso já temos neste momento. O Município da Figueira da Foz é um cliente respeitável na banca, conseguiu baixar os fornecimentos em cerca de 30 a 40%, e hoje tem propostas para execução de obra quase a raiar o anómalo. Felizmente, tem corrido bem. Mas, é preciso ter sempre presente que o ónus do pagar muito em pouco tempo continuará.-----



Decorrido o tempo da dificuldade, é tempo agora de assumir outras posições de maior distanciamento em relação a este delicado problema da gestão financeira, e nessa perspetiva, compreendo a posição do grupo municipal da Coligação Somos Figueira.-----

Não faz sentido falar de falta de estratégia. Este Orçamento não tem um ponto de investimento que não esteja alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz.-----

Desde o início, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira tem-se referido ao Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz como nada tendo de estratégico, mas para o executivo municipal serve, e serve perfeitamente para a execução de políticas de financiamento, para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para acreditar e valorizar um Plano Estratégico como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, para referência aos nossos credores, enfim, serve para toda a gente menos para os senhores.-----

Se o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco olhar as prioridades do Orçamento municipal encontrará nele perfeitamente delineado e previsto a consolidação financeira, a regeneração e reabilitação urbana, a requalificação dos equipamentos públicos municipais e a rede viária municipal, o reforço das políticas sociais, o marketing concelhio, e a maximização das possibilidades de incentivo a quaisquer projetos de outra iniciativa.-----

Uma outra nota, sobre a pergunta: onde está o apoio ao investimento? Concluiu-se discretamente, para não perturbar o processo de expropriação, a definição da área do Pincho, neste momento, dispondo de 20 hectares de terreno com acessibilidades, posteriormente ao dispor de investidores. São infraestruturas sobre as quais não se regateia preços, apenas se reagteia o mérito do investimento.-----

E no âmbito do próprio Plano de Orçamento, e pela primeira vez, tem-se investimentos previstos ao nível das áreas industriais.-----

Argumentam que o Município não acolheu as propostas do Partido Social Democrata, mas elas foram apreciadas exaustivamente. Nalgumas delas foi-lhes apresentado um contraditório por não serem sustentáveis. Há um princípio da legalidade e da tipicidade na definição das taxas e tarifas a ser respeitado, daí o acolhimento por unanimidade da proposta das reduções do Imposto Municipal sobre Imóveis consoante a composição do agregado familiar, mas isso já serviu depois para reparo à falta de ambição social na definição da percentagem da taxa desse mesmo imposto. Esta foi uma proposta acolhida e sufragada conjuntamente.-----



No elenco das propostas apresentadas pelos Vereadores do Partido Social Democrata, para algumas foram contrapostas outras alternativas e, a breve prazo, avançar-se-á com políticas de incentivo. Mas, sem demagogia e sujeitas a um estrito critério de legalidade. Em Viseu, algumas das políticas de incentivo sufragadas acabaram agora por não ser aceites devido a inconformidade legal.-----

Portanto, não aceito o vosso voto contra este Orçamento municipal com o argumento da falta de estratégia, má execução, ou não acolher as vossas propostas.-----

Até se implementou a proposta do Partido Social Democrata do Orçamento Participativo, com um impacto de 100 mil euros, e têm sido consensualmente aceites todas aquelas que se possam traduzir num benefício social direto para as populações sem desequilibrar o Orçamento municipal.-----

Senhor deputado municipal, Teotónio Jesus Cavaco, poderá haver outro argumento, mas esses, desculpar-me-á, não aceito. Direi mais, como o Conselheiro Acácio: «não lhe calha».-----

Respondendo agora à questão do sintético de São Pedro, na Cova Gala, direi ter-se, neste momento, como prioridade o investimento na Leirosa, comprometendo uma empresa local e apelando precisamente ao compromisso social. Esta estrutura é fundamental ali para a Leirosa, tal como a intervenção da associação corresponsável. Creio poder-se vir a desenvolver alguns projetos a nível desportivo e associativo também agendados no Acordo de Parceria Portugal 2020 e constantes do Pacto Regional.-----

São Pedro está também nos objetivos da autarquia. Para já, está-se a tentar encaixá-la no âmbito da reabilitação urbana de toda aquela área ainda numa fase de candidatura ao financiamento, mas se não for possível, procurar-se-ão outros meios. Poder-se-ia ter aproveitado mais no passado, efetivamente tal não aconteceu, e agora já não há apoios para infraestruturas desportivas. Mas tentarei chegar lá. Uma questão mais detalhada suscitada pela Coligação Democrática Unitária na primeira intervenção da deputada municipal, Maria Adelaide Gonçalves, sobre o facto de o Orçamento municipal incidir as receitas sobre os impostos dos trabalhadores e das famílias, responderia não ser seguramente esse o objetivo da Câmara, e isso é visível na opção do Imposto Municipal sobre Imóveis social e na diminuição da participação no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. A participação taxativa deste último era de 5%, este ano iremos ver o resultado da sua redução para 4,5%, implicando uma diminuição sensível na receita municipal de cerca de 300 mil euros. É sempre no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas



Singulares que incidirão as políticas municipais, e não no Imposto Municipal sobre Imóveis, porque este tributa o património, o património de segunda habitação, e indiretamente penalizariamos mais os nossos munícipes e não concretizariamos a necessária política social. Consoante se comportar a receita este ano, e se se observar algum aumento significativo de receitas, poder-se-á então equacionar a opção para o próximo ano.-----

Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis mantiveram-se exatamente as mesmas taxas, aliás praticadas há mais de 10 anos, desde a altura da sua fixação pelo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ou seja 0,4%. A maior parte dos prédios já estão avaliados e, portanto tudo o que haja de acréscimo de Imposto Municipal sobre Imóveis, farei incidir sobre a diminuição da taxa do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. E assim praticar-se-á mais política social.-----

Segundo aquele princípio «ubi commoda ibi incommoda», concordo com a tributação da Derrama. Nas políticas mais liberais há quem defenda que a Derrama não deveria ser cobrada. Não é aí que está o verdadeiro incentivo ao investimento, pelo contrário, é uma maneira de obter Derrama de quem beneficia da conjectura estrutural urbana, como é o facto da Figueira da Foz ser uma cidade industrializada.-----

Por isso, concordo que se mantenha a tributação da Derrama, tendo-se aprovado a taxa de 1,5% para empresas com uma tributação superior a 150 mil euros, e 1% para aqueles cujo volume de negócios não ultrapasse aquele valor. O Partido Social Democrata propôs a diminuição e/ou isenção da Derrama, mas não tem enquadramento legal, porque das duas uma, ou há tributação de Derrama, ou não há.-----

A Derrama está calculada em 1,8 milhões de euros, apenas e tão só por força das regras do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Segundo as mesmas, calcula-se a receita em função do apuramento dos dois últimos anos, e porque houve um ajustamento na Derrama a propósito de uma interpretação legislativa plasmada depois em Lei, que alterou o cálculo deste imposto, e com isso obrigou a estornos a favor de algumas empresas, só por isso, verificou-se uma descida significativa da Derrama há 02 anos. Assim, o apuramento destes dois últimos anos só permite a inscrição em termos de receita de 1,8 milhões de euros.-----

Eu estimo poder atingir os 03 milhões de euros, mas isso é aqui uma discussão comigo e com a Direção Financeira. De acordo com o Departamento de Administração Geral e Finanças a Derrama não passará de 2,6 milhões, mas seguramente vai ultrapassar os 1,8 milhões de euros, porque felizmente também as nossas empresas têm tido algum crescimento, não significativo, mas expressivo. Se consultarem o



Anuário das mil maiores empresas da Região verificarão em muitas delas um aumento significativo do volume de negócios. Há uma diminuição sensível nas papelarias, mas isso não quer dizer necessariamente que haja menos Derrama.-----

Está a ser elaborada uma proposta a ser presente em sede de reunião de Câmara que, efetivamente, pode dar outros incentivos ao investimento através da adoção de outras medidas.-----

Uma outra questão mais sensível tem a ver com a aquisição de bens e serviços.---

Nesta rubrica constata-se um decréscimo significativo por força das negociações dos contratos de prestações de serviços, tendo em vista a sua otimização.-----

Uma breve palavra sobre as águas, uma questão onde pode haver alguma divergência. A Coligação Democrática Unitária não gosta de serviços concessionados, prefere Serviços Municipalizados, mas a opção está feita, foi assumida em 2009, e até ao fim do prazo previsto de concessão é irreversível, dado os custos brutais a isso inerentes, não valendo a pena fazer demagogia sobre este assunto.-----

O Município da Figueira da Foz renegociou o processo da concessão, baixando a Taxa Interna de Rendibilidade de 15% para 08% depois de um processo complexo de negociação, bem como o nível de investimento, e com isso evitou-se um aumento da água em 2011, salvo erro na ordem dos 20% e com aumentos sucessivos.-----

O facto de se optar por um serviço municipalizado não é padrão de melhor qualidade, nem necessariamente de melhor cobertura em termos de território. Muitos Municípios têm estes serviços municipalizados e a sua taxa de cobertura de serviços fica muito aquém, e em termos de qualidade nem se fala.-----

Neste momento, por exemplo, está-se num exaustivo acompanhamento e fiscalização dos serviços das Estações de Tratamento de Águas Residuais e sua monitorização, recorrendo a auditorias externas para ver se a qualidade da água obedece a todos os padrões. A concessão nem sempre significa custos mais elevados, muitas vezes até pode significar custos mais baixos. Depende é da forma como elas são negociadas. É importante dizer isto, porque, por exemplo, para uma ou duas intervenções anuais, onde seja preciso utilizar uma máquina, se o serviço for concessionado traduz-se numa diminuição muito sensível de custos.-----

Isto levava a uma longa discussão, o municipalizar todos estes serviços implicaria dobrar ou triplicar custos, e aí está o ponto sensível, mas também tem de se ponderar que não é a Câmara Municipal a contratualizar, são as empresas concessionárias. Em suma, o equilíbrio tem de estar entre o custo e o benefício, e quem consegue fazer mais barato.-----



Do meu ponto de vista, em muitos serviços concessionados, não necessariamente em todos, tem de haver um acompanhamento efetivo em relação à concessão, e ficar-me-ia por aqui.-----

Para não aumentar o preço da água, o Município viu-se obrigado a diminuir um pouco a renda, ao nível do consumo houve uma penalização dos consumidores, entidades. pessoas coletivas, e por isso também um acréscimo que se repercute no Município. O cuidado a ter agora é otimizar o consumo deste bem essencial. É uma clara opção pelas concessões eficazes, eficientes e que, em termos de serviço público, deem melhor resposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Susana Oliveira Monteiro e Isabel Guardão Tavares, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso e do membro da Coligação Somos Figueira Paulo Querido Rodrigues, uma abstenção do membro da Coligação Somos Figueira Carlos Cação Jesus, e doze votos contra dos restantes membros da Coligação Somos Figueira e dos membros da Coligação Democrática Unitária, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

1 - Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2016-2019 e Orçamento para o ano de 2016, o qual integra todos os documentos e anexos previstos no art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;-----

2 - Aprovar as Normas de Execução Orçamental;-----

3 - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2016, nos termos do n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;-----

4 - Tendo em vista a simplificação e celeridade processuais e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, autorizar previamente o Município da Figueira da Foz a assumir compromissos plurianuais que resultem de projetos, ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, ou de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico e de trabalhos de investimentos ou



outros legalmente previstos, desde que não impliquem aumento da despesa;-----

5 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a assunção de compromissos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação, e o prazo de execução de três anos;-----

5 - A assunção dos compromissos a coberto da autorização prévia e da delegação de competências, só será possível, quando para além das condições previstas nos números quatro e cinco da presente deliberação, sejam respeitadas as regras e procedimentos determinados pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e demais requisitos legais de execução de despesas, e sem prejuízo das disposições emergentes do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

6 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal o Município da Figueira da Foz deverá apresentar informação elencando os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização genérica.-----

7 - Autorizar a Câmara Municipal a prestar apoio às freguesias do Concelho com a realização de obras, com equipamento, meios materiais e recursos humanos, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

8 - Aprovar a alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano tendo em vista o reajustamento do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2016, na sequência da criação de três postos de trabalho de assistente operacional na área de ação educativa, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo incerto.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**5.5 - ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS
A VIGORAR NO ANO DE 2016**

Pelo Presidente da Câmara foram presentes os Acordos de Execução a outorgar com as freguesias, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

Formalizam, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a transferência de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais,



designadamente, em matéria de manutenção de espaços verdes, limpeza das vias públicas, reparações/substituições de mobiliário urbano instalado em espaço público não concessionado, e manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo. Estes acordos vigorarão no ano de 2016 (01 de janeiro a 31 de dezembro).-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião extraordinária de Câmara de 30 de outubro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.º 133.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar acordos de execução com todas as freguesias do Concelho, delegando-lhes as competências previstas no n.º 1 do art.º 132.º do diploma legal invocado.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - PROPOSTA DE SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS AOS CONCESSIONÁRIOS DO MERCADO MUNICIPAL DE BUARCOS ENQUANTO DECORRER A EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DAQUELE EQUIPAMENTO

Pelo Presidente foi proposta a suspensão de pagamento de taxas aos concessionários do Mercado Municipal de Buarcos, a título excecional e transitório, vigorando apenas enquanto decorrerem as obras de beneficiação do Mercado, e cessando com a conclusão das mesmas e o regresso dos concessionários aos respetivos lugares.--- Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 09 de novembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de



12 de setembro, deliberou, por unanimidade, autorizar a título excecional e transitório, vigorando apenas enquanto decorrerem as obras de beneficiação do Mercado Municipal de Buarcos, e cessando com a conclusão das mesmas e o regresso dos concessionários aos respetivos lugares:-----

1 - a suspensão do pagamento das taxas de concessão a todos os concessionários do Mercado Municipal de Buarcos, à exceção do da loja n.º 2, José Carlos Santos Soares Simões, pelo facto do seu estabelecimento não ir encerrar ao público no decurso da empreitada;-----

2 - a isenção das taxas de concessão aos concessionários do Mercado de Buarcos que venham a comercializar os seus produtos no Mercado Municipal Engenheiro Silva.--
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.7 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA GALA INTERNACIONAL DOS PEQUENOS CANTORES DA FIGUEIRA DA FOZ

Pela Divisão de Cultura foi proposta a alteração aos art.ºs 6.º, n.º 2 e 8.º, n.º 1, do Regulamento da Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz. Em consequência, o n.º 2 do art.º 6.º passará a ter a seguinte redação: "Os «pequenos cantores» estrangeiros deverão interpretar canções que poderão, ou não, ser inéditas, canções tradicionais ou de origem popular do país que representam." O n.º 1 do art.º 8.º terá a seguinte redação: "As inscrições dos «pequenos cantores» serão formalizadas em data a definir anualmente, sendo as inscrições da responsabilidade dos seus Encarregados de Educação e feitas através de carta registada, ao Secretariado da Organização da Gala Internacional dos Pequenos Cantores:".-----

A versão final deste Regulamento considera-se aqui integralmente reproduzida, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente na reunião ordinária de Câmara de 09 de novembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a alteração ao n.º 2 do art.º 6.º e n.º 1 do



art.º 8.º, ambos do Regulamento da Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz, os quais passarão a ter as seguintes redações:-----

1 - n.º 2 do art.º 6.º: "Os «pequenos cantores» estrangeiros deverão interpretar canções que poderão, ou não, ser inéditas, canções tradicionais ou de origem popular do país que representam.";-----

2 - n.º 1 do art.º 8.º: "As inscrições dos «pequenos cantores» serão formalizadas em data a definir anualmente, sendo as inscrições da responsabilidade dos seus Encarregados de Educação e feitas através de carta registada, ao Secretariado da Organização da Gala Internacional dos Pequenos Cantores:".-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.8 - DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2016

Pelo Presidente da Câmara foi proposto o lançamento da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho, pela taxa máxima de 1,5%, nos termos do n.º 1, do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e a aplicação de uma taxa reduzida de 1% aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, ao abrigo das disposições emergentes do n.º 4 do art.º 18.º do diploma atrás invocado. Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 23 de novembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos da proposta de Derrama a cobrar no ano de 2016 remetida pela Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade:-----

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 1, do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, lançar uma derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz, por sujeitos



passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho;-----

2 - Aplicar a taxa reduzida de 1% aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), nos termos do n.º 4 do art.º 18.º da Lei invocada em 1.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA fez a seguinte declaração: "A Coligação Somos Figueira pretende registar em ata que votaram favoravelmente este ponto por distração, mas a sua intenção era votar contra."-----

5.9 - FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES RELATIVA AOS RENDIMENTOS DE 2016

Presente uma informação do Departamento de Administração Geral e Finanças propondo a fixação de uma participação variável de 4,5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2016.-----

Esta proposta foi elaborada ao abrigo das disposições previstas no n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e com fundamento no facto desta participação variável de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ser a componente da Participação de Impostos do Estado com um comportamento mais dinâmico e consistente com os compromissos assumidos no quadro do Plano de Saneamento Financeiro, em particular, a maximização de receitas.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 23 de novembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Apesar das explicações dadas há pouco pelo Presidente da Câmara, a Coligação Democrática Unitária ao observar os números e os quadros, nomeadamente, o quadro constante a páginas 4 do documento entregue, constata que em 2008 esta percentagem de participação era de 15% e em 2015 já vai em 22%.-----

Reconheço ser este um malefício decorrente da Lei das Finanças Locais, a autarquia não tem culpa, não foi o Presidente da Câmara nem o seu executivo quem redigiu essa Lei. Contudo, as famílias e os contribuintes estão sempre a ser taxados, a apanhar com a parte de leão, e os tempos não têm sido fáceis.-----
Mas mesmo em tempos difíceis, na nossa zona, o Município da Mealhada, e isto não



é nada de sigiloso, fixa esta participação em 0,0%, isto é, os seus munícipes são ressarcidos do valor que deveria «entrar na Câmara». Mealhada já tem este avanço civilizacional em relação ao nosso Município.-----

A Coligação Democrática Unitária também desejaria desonerar os munícipes da Figueira da Foz desta carga fiscal, pois já pagam tudo e mais alguma coisa, e posso lembrar aqui a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, encargos do seu ponto de vista injustos para as famílias e que não lhes deveriam caber.-----

Por tudo isto, a Coligação Democrática Unitária votará contra esta proposta.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Isto é quase ser-se penalizado por bem fazer. Na primeira oportunidade da Câmara Municipal da Figueira da Foz de baixar um imposto foi no ano passado estando refletido este ano, e votam contra!-----

A intenção era boa e é tão boa, é de fazer política social. É de facto e numa relação direta sobre o rendimento do trabalho, dar às famílias um benefício pouco. Para o ano ver-se-á se se pode baixar um pouco mais, mas precisamente porque houve este aumento no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o qual pode ser adveniente diretamente de algum fluxo, compensado depois nas receitas municipais, como a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz bem sabe, pela diminuição significativa do Fundo de Equilíbrio Financeiro, e pela contribuição do Município ao Fundo de Apoio Municipal por uma questão de solidariedade.-----

Por isso manteve-se a participação, não obstante a intenção ser mesmo boa.-----

Quanto à Mealhada felizmente não tem 64 milhões de dívida à cabeça, neste momento tem zero de dívida, e tem 05 milhões de ativo. Vendeu as empresas de Água do Luso, onde faturou cerca de 10 milhões.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Recolhi esta informação, no documento que nos foi distribuído, porque no quadro IV consta a percentagem de participação variável no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, decidido em 2013 e 2014, e a Mealhada aparece com 0,0%. Eu não inventei, nem pedi a informação a nenhum amigo comunista da Mealhada, está aqui.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Só uma nota, antigamente a opção era ou se tributava ou não se tributava, e agora é variável e a Mealhada passou para a segunda opção.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de



imediatamente à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva e João Paulo Pinto, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias e Vânia Duarte Batista, do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições previstas nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, deliberou, por maioria, com trinta e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira e do Presidente da Junta de Freguesia do Bom Sucesso, sem abstenções, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, fixar em 4,5% a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2016, devendo esta deliberação ser comunicada à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro de 2015, sob pena do Município perder o direito à mesma.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P., VISANDO DEFINIR AS CONDIÇÕES DA RECÍPROCA COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ENTRE AS PARTES, PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DAS ALHADAS

Pela Divisão de Finanças e Património foi presente a versão definitiva da minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., delegando competências para a construção e equipamento da Unidade de Saúde das Alhadas e visando definir as condições da recíproca cooperação técnica e financeira entre as partes, ao abrigo da alínea ii) do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro.-----
Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 04 de dezembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: "Apenas para felicitar o executivo municipal pela celebração deste contrato com a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.. O grupo municipal da Coligação Somos Figueira ficará na expectativa que este processo tenha agora um desenvolvimento mais rápido, pois esta situação já se prolonga desde 1998."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Jorge Bugalho Silva.-----

JORGE BUGALHO SILVA: "Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia das Alhadas



estou muito satisfeito com a notícia. É pena o meu colega Presidente de Junta José Elísio Oliveira não estar presente na sala, pois gostaria de o felicitar pela inauguração do Centro de Saúde de Lavos. Estive presente na cerimónia e pude ver um imóvel dotado com equipamento do mais moderno-----

Parabéns a Lavos e a todos os Lavoenses, e que eles reconheçam realmente o trabalho feito pelo seu Presidente de Junta em prol daquela freguesia.-----

O trabalho de Presidente de Junta é por vezes ingrato, reconhecido num dia, para no dia seguinte já não ser tanto assim.-----

Também não esqueço as palavras de José Elísio Oliveira nesta Assembleia Municipal desejando os maiores êxitos para a concretização da Unidade de Saúde das Alhadas. Expressar ao Presidente da Câmara o meu regozijo com esta notícia, reconhecendo a sua competência e orientação à frente dos destinos do Município da Figueira da Foz, pois estes projetos não caem do céu, é preciso lutar muito por eles, ter muita persistência, muita vontade, e colocar a sua inteligência e dedicação no grau máximo. Assim tem acontecido ao longo destes dois mandatos, e por isso lhe peço a maior rapidez possível na concretização do projeto para se poderem iniciar os trabalhos.-----

Ao Presidente desta Assembleia Municipal um muito obrigado pelo apoio dado neste processo. -----

À deputada municipal Ana Laborda Oliveira agradeço as palavras ditas, que muito me sensibilizaram.-----

Venha a obra, os Alhadenses estão à espera.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “O contributo da Assembleia Municipal foi diminuto, no entanto duas vezes por mês seguia um email para o Dr. Tereso a solicitar uma resposta em relação às dificuldades sentidas no atual Centro de Saúde das Alhadas. Ontem mesmo, tive a oportunidade de conversar com o Dr. Tereso, pedindo-lhe desculpas pela insistência.-----

Mesmo assim agradeço ao deputado municipal Jorge Bugalho Silva a referência feita a esta Assembleia Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Mário Menezes Paiva e João Paulo Pinto, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias e Vânia Duarte Batista, do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente



da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea ii) do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.ºs 117.º e 118.º, todos do anexo I do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., delegando competências no primeiro para a construção e equipamento da Unidade de Saúde das Alhadas e determinando as condições da recíproca cooperação técnica e financeira entre as partes.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ fez a seguinte declaração: "Não se trata de uma declaração de voto, mas de um comentário que a Coligação Democrática Unitária faz questão de ficar transcrito em ata.-----

Este grupo municipal regozija-se com a construção desta Unidade de Saúde e espera que à sombra desta construção não venham a encerrar outros pequenos serviços de saúde localizados nas redondezas, porque a saúde e a educação têm de ser sempre serviços de proximidade."-----

5.11 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA ASSISTENTES OPERACIONAIS NA ÁREA DE AÇÃO EDUCATIVA

Pelo Presidente foi proposto a abertura de procedimentos concursais para preenchimento de três postos de trabalho nas carreiras/categorias de Assistente Operacional na área de ação educativa, em regime de contrato de trabalho por tempo determinado, a termo incerto, para o desenvolvimento de atividades na Divisão de Educação e Assuntos Sociais, e pelo prazo necessário à conclusão da tarefa ou serviço cuja execução justificou a sua celebração.-----

Estes postos de trabalho visam colmatar algumas ausências mais prolongadas de trabalhadoras dos jardins de infância do Concelho da Figueira da Foz, motivadas por doença e maternidade, permitindo, desta forma, ao Município da Figueira da Foz o cumprimento integral do protocolo outorgado com o Ministério da Educação, no tocante à colocação de pessoal auxiliar, com funções de ação educativa, nos jardins de infância da sua rede pública.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 04 de dezembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Só para lamentar estes trabalhadores não serem



integrados por tempo indeterminado. As razões já nos foram explicadas, mas a Coligação Democrática Unitária é insistente e teimosa em matéria de recursos humanos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes o membro do Partido Socialista João Paulo Pinto, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, e Vânia Duarte Batista, do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 30.º da Lei n.º 35/2014, de 30 de junho, alíneas b) e d) do n.º 2 do art.º 47.º, n.ºs 2 a 6 do art.º 62.º e art.º 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou, por unanimidade:-----

1 - Com fundamento no facto da proposta da Câmara demonstrar ser imprescindível o recrutamento de três assistentes operacionais, tendo em vista colmatar algumas ausências mais prolongadas de trabalhadoras dos jardins de infância do Concelho da Figueira da Foz, motivadas por doença e maternidade, permitindo, desta forma, ao Município da Figueira da Foz o cumprimento integral do protocolo outorgado com o Ministério da Educação, no tocante à colocação de pessoal auxiliar, com funções específicas de ação educativa, nos jardins de infância da sua rede pública;-----

2 - Considerando que os encargos com todos estes recrutamentos foram previstos no Orçamento de 2016, aprovado nas reuniões de Câmara de 30 de outubro e 04 de dezembro, ambas de 2015, e sessão da Assembleia Municipal de 14 de dezembro do mesmo ano, se cumpriu o dever de informação imposto pelo art.º 9.º da Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, na sua redação atualizada, bem como, se respeitaram os limites das despesas com pessoal previstos no art.º 62.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;-----

3 - Autorizar a abertura de procedimento concursal para recrutamento de três assistentes operacionais, na área de ação educativa, em regime de contrato de trabalho por tempo determinado, a termo incerto, para o desenvolvimento de atividades na Divisão de Educação e Assuntos Sociais, e pelo prazo necessário à conclusão da tarefa ou serviço cuja execução justificou a sua celebração;-----

4 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente do recrutamento destes trabalhadores.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

5.12 - PROPOSTA DE 2.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO URBANÍSTICO

Pelo Departamento Municipal de Urbanismo foi proposta a 2.ª alteração ao Regulamento Urbanístico, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

As razões subjacentes a esta proposta prendem-se com as alterações legislativas ao diploma que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aos Regimes do Sistema de Indústria Responsável, Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos, e ao Regime de Licenciamento Zero, este último significativamente alterado com a publicação do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, tornando-se agora necessário contemplar os novos procedimentos decorrentes de tais disposições legais, em particular, em alguns aspetos do procedimento de controlo prévio das operações urbanísticas.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 04 de dezembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes o membro do Partido Socialista João Paulo Pinto, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, Vânia Duarte Batista, Ana Laborda Oliveira, e Carlos Cabete Jesus do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, ao abrigo das disposições emergentes da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a segunda alteração ao Regulamento Urbanístico incluindo a fundamentação às alterações pontuais da Tabela de Taxas, que dele fazem parte integrante como anexos.-----

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.13 - AGRO-CAPELÃO, SOCIEDADE AGROPECUÁRIA, LD.ª - PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL DE UMA UNIDADE DE EXPLORAÇÃO PECUÁRIA SITA EM COENTROS, FREGUESIA DE FERREIRA-A-NOVA - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

Pela Divisão de Urbanismo foi presente uma informação propondo a regularização das



instalações da unidade de exploração pecuária Agro-Capelão, Sociedade Agropecuária, Ld.ª, sita em Coentros, freguesia de Ferreira-a-Nova, com fundamento na sustentabilidade ambiental, bem como, na sua relevância económica e social para a Freguesia, como entidade produtora de leite recolhido diariamente, como leite em natureza, pela Cooperativa Agrícola da Tocha, CRL, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes. Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 04 de dezembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Quando apareceu o primeiro processo deste jaez, a Coligação Democrática Unitária referiu estar aberto um precedente, até mesmo porque havia um diploma legislativo sustentando este tipo de pedidos, o Decreto-Lei n.º 165/2014, com certeza feito por encomenda, não desta Câmara mas de alguém.----- Não obstante esta premissa, este grupo municipal volta a perguntar onde andou a fiscalização camarária ao longo dos anos? Pretende-se agora conceder o estatuto de interesse público a uma exploração, ou a uma firma, onde o crime compensou duplamente.-----

Analisando a informação constante do processo, no ponto dois pode ler-se:«... a requerente não apresentou os elementos solicitados pelo ofício 9804, de 20 de novembro de 2015. Ou seja, as peças desenhadas novamente entregues não indicam com clareza o que se pretende legalizar e o que está licenciado.». No ponto três lê-se:«... o presente processo não se encontra concluído, uma vez que o titular não requereu a autorização de utilização...». E no ponto quatro escreve-se:«... A pecuária insere-se em Espaço Agrícola de Grau II, face à Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, mas não cumpre com os parâmetros indicados no ponto 3 do artigo 28.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor, nomeadamente o índice de utilização e afastamento mínimo aos limites da parcela...».-----

Ou seja, a empresa não obedece a nada, não solicitou a autorização de utilização, e existe desconformidade, e pelo jeito não pequena, com o Plano Diretor Municipal. Mas, dando um pulinho até ao ponto sete, pode ler-se:«... de acordo com os elementos fornecidos, a exploração possui 72 CN no total de bovinos e suínos, sendo que a exploração de suínos se destina, em exclusivo, a autoconsumo...».-----

E eu questiono se o autoconsumo pode ser considerado interesse público?-----

É estranhíssimo, e no meio de tanta irregularidade, mesmo assim a Câmara Municipal



dá a mão, mesmo sem os documentos necessários e obrigatórios em sede de reunião de Câmara vota unanimemente! Aqui este processo não será votado unanimemente, porque a Coligação Democrática Unitária irá votar contra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Estive ausente na votação de Câmara porque infelizmente tive de ir ao funeral de Jorge Bento, um grande amigo que quero evocar aqui, ex-Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, e atualmente Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.”-----

Esta conversa é recorrente, pois o Decreto-Lei n.º 165/2014 no fundo é uma lei de amnistia, funciona como a petição de princípios. A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz evocou todas as situações irregulares do processo, as quais serão regularizadas e passarão a estar conformes os instrumentos jurídicos do Ordenamento do Território.”-----

Quer-se conceder incentivos, fala-se da necessidade de produção de riqueza e de apoiar as empresas, e depois quando vem a lume uma medida excecional, satisfazendo felizmente uma série de solicitações, e com isso evitando alterações desnecessárias do Plano Diretor Municipal, a deputada quer que se faça o quê? Fecham-se estas empresas? Colocam-se aqui em causa uns quantos postos de trabalho? Não faz sentido. Serenando um pouco a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, esta medida é excecional e expira no final do ano. Portanto, para o próximo ano já não haverá mais regularizações deste tipo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Esta pequena empresa com dois trabalhadores a tempo inteiro, que se devem desunhar a trabalhar com as 71 vacas das quais 48 são leiteiras, mas naturalmente mungidas artificialmente, nem sequer respondeu com clareza e com hombridade aos quesitos solicitados pela Câmara Municipal.”-----

Devem ter pensado: agora há um Decreto-Lei de 05 de novembro de 2014 que passa uma borracha sobre isto tudo, portanto, nem me vou incomodar, porque vão discutir o assunto na Câmara e fica tudo bem, e os porquinhos sou só eu que os como, e até isso é interesse público.”-----

A Coligação Democrática Unitária defende a criação de emprego, mas com regras, qualidade e direitos. É muita coisa junta, eu sei.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “É uma pequena empresa e com conhecimentos rudimentares destas burocracias.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: "Um pequeno aparte para descansar a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

Num setor difícil como a agricultura, e ultra difícil como o setor leiteiro, olhando para a legislação criada ao longo dos anos para o setor agrícola e, principalmente no setor leiteiro, nem sempre adequada à realidade, fez-me lembrar uma história. Conheci um indivíduo com uma empresa deste género, que por força das exigências legais, todos os anos era multado por algo. Um dia os inspetores passaram por lá e perguntaram-lhe pelas vacas, e ele retorquiu: as vacas foram para minha casa e eu passei a dormir aqui. Ou seja, tinha encerrado a exploração. O investimento nestes projetos é feito de forma faseada, consoante se pode, porque se se fizer um investimento conforme é exigido, seriam necessários umas centenas de milhares de euros de uma só vez, e isto numa exploração familiar retirar-lhe-ia qualquer rentabilidade. Mas acredite uma coisa deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, eu posso dizer à vontade, é gente que começa a trabalhar às 04,00 horas da madrugada e vai para casa à meia noite/meia noite e meia.-----

Estas pequenas explorações são construídas com muito sangue, suor e lágrimas e o mais fácil para esta gente seria deitar efetivamente a «toalha ao chão».-----

Num passado relativamente recente, todas as pessoas em sua casa tinham os seus leitõesinhos, a sua porquita, e era normal, mas a partir de certa altura este tipo de atividade passou a obrigar à legalização das instalações todas. Sendo ou não para comércio, não podem legalizar só a parte da ordenha.-----

Concordo inteiramente e dou o meu louvor a todos os Vereadores que estiveram na aprovação deste documento, porque de uma vez por todas salvaguardam-se postos de trabalho, o esforço de pessoas humildes, muitas delas com poucos conhecimentos deste marasmo legislativo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Fajardo Acúrcio.-----

MÁRIO FAJARDO ACÚRCIO: "Não sendo natural da freguesia de Ferreira-a-Nova, conheço esta exploração tão bem como as palmas das minhas mãos. Tem condições para ser legalizada e reforço as palavras do deputado municipal Fernando Miguel Pereira."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Por vezes tenho a sensação de falar uma língua estranha! As pessoas são inteligentes, estão atentas, e ouvem. Com certeza eu não sou feliz na forma como me exprimo.-----

Nunca coloquei em causa os incentivos à criação de postos de trabalho, muito pelo



contrário, por essa causa batalho todos os dias.-----
Não percebo as razões do deputado municipal Fernando Miguel Pereira se dirigir a mim numa maneira paternalista, a ensinar a «cachopa» da cidade como funciona a agricultura. Mas, eu vivi muitos anos na aldeia. As minhas primeiras fotografias e experiências, embora seja Lisboa, são da aldeia, e em minha casa havia todas estas bicharadas.-----

A Coligação Democrática Unitária refuta, e neste caso em particular, o «borrifanço» dos requerentes perante as tão poucas exigências da Câmara Municipal, porquanto, por força do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro - e já o sei de cor porque o detesto - a única saída seria a legalização. Do ponto de vista deste grupo municipal, pelo menos, deveriam ter acedido aos pedidos da Câmara Municipal. Porque ao ler a informação técnica fica muito claro o seu total desinteresse.-----

Pessoalmente, defendo postos de trabalho mas com qualidade, e o deputado municipal Fernando Miguel Pereira falou de trabalho escravo. Se se levantam às 04,00 horas da madrugada e se deitam às 24,00 horas, um destes dias estão no Sobral Cid, porque não há ninguém que aguarde dormir apenas 04 horas por noite. Não há hipótese e eu não sou médica.-----

Tal como disse o Presidente da Câmara, está-se perante mais um processo recorrente, pelo menos, desde novembro de 2014, pois mal o normativo legal passou a vigorar estas empresas apressaram-se a solicitar a sua legalização, quando o poderiam ter feito antes, e em meu entender, nunca deveriam ter violado o Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz.-----

No Partido Comunista Português somos grandes defensores dos pequenos e médios empresários, mas tal não quer dizer permitir e aceitar tudo o que lhes apetece. É como os nossos filhos, amamo-los muito mas também não os deixamos fazer todos os disparates."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Estas supremacias morais deixam-me perturbado. Isto é claramente uma petição de princípio. A empresa não se pôde regularizar devido a esta deficiência estrutural em termos de compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial. Muitos deles são pequenos empresários, padecem de informação, e sentem dificuldades para manter os seus negócios, e a Câmara está aqui para ajudar. Está-se a falar de microempresas. Felizmente, a Câmara Municipal vai ter um Gabinete de Apoio às empresas.-----

Uma coisa deverá, no entanto, ficar bem clara, não existe aqui uma situação de



favor, ou de querer proteger este ou aquele interesse. Existe sim um mecanismo legal para apoiar deliberada e intencionalmente uma empresa, legalizando-a e permitindo-lhe continuar a exploração do seu negócio. E isso parece-me justo.--- Não sei se a Vereadora Ana Carvalho Oliveira teve o cuidado de atender pessoalmente este caso e de se aperceber de todo o seu conteúdo. Se for preciso mais alguma explicação eu passo-lhe a palavra..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: "Não pretendi ser paternalista com a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

O esforço dos trabalhadores agrícolas é por vezes demasiado penoso mas não considero isso trabalho de escravo. Eu próprio, além do meu emprego, também tenho uma exploração agrícola onde trabalho com muito prazer e trabalho muito, sem o poder considerar trabalho de escravo. Trabalhar com qualidade e com prazer faz bem a toda a gente.-----

Repito aqui um agradecimento a todos os Vereadores e ao Presidente da Câmara Municipal por apoiarem este tipo de empresas. Não basta olhar para as empresas grandes, é preciso ajudar também os microempresários, pois eles garantem a continuidade do sucesso do nosso Concelho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Não tinha intenção de intervir neste ponto, no entanto, após ter ouvido os meus colegas, sinto-me nessa obrigação.-----

Não me considero propriamente velha, mas na nossa zona essencialmente agrícola, desde os meus tempos de meninice era hábito comum as pessoas terem nas suas casas, nos seus quintais, uma vaquinha leiteira e um porquinho para consumo próprio. E esta era a atividade na zona agrícola. Entretanto, com todas as exigências legais vindas a lume, a maior parte destas pequenas explorações foram encerrando e as pessoas foram ficando no desemprego. Posteriormente, houve o boom das «senhoras da limpeza» na Figueira da Foz, o qual com a crise foi diminuindo, e agora, mais uma vez, voltamos a ter estas pessoas todas no desemprego.-----

Na sua grande maioria são cidadãos acima dos 50 anos de idade, cuja vida sempre foi a da lavoura agrícola, como disse o deputado municipal Fernando Miguel Pereira e muito bem, são pessoas que trabalham do nascer ao pôr do sol, e depois disso ainda mais um bocadinho. Levam efetivamente vidas arrastadas. No caso desta exploração agrícola não posso afirmar como o deputado municipal Mário Fajardo Acúrcio o fez, conhecê-la na sua essência, porque ainda não tive oportunidade para



isso, no entanto são pessoas de muito trabalho.-----
Se não cumpriram todas as exigências legais é porque a sua faixa etária já é bastante avançada, têm algumas dificuldades, mas a Câmara Municipal predispôs-se a ajudá-los, e isso é louvável.-----

Se esta exploração agrícola não fosse agora legalizada seriam mais duas pessoas a recorrer ao subsídio de desemprego, porque esta é a sua vida e não sabem fazer mais nada.-----

Voltando um bocadinho atrás, na altura dos famosos caulinos, muito se disse e discutiu nesta Assembleia Municipal, e nessa altura a nossa postura aqui foi socorrer estas pessoas, porque se não fosse este tipo de atividade uma grande parte da população de Ferreira-a-Nova, na sua zona mais a Norte, teria de abandonar aquilo por que sempre viveu. Esta é a forma de vida das pessoas, a vida com que se sentem bem e é nisso que as devemos apoiar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Paulo Pinto, Vítor Manuel Alemão, e Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, Vânia Duarte Batista, Ana Laborda Oliveira, e Carlos Cabete Jesus do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Partido Socialista Adelino Costa Pinto, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, reconhecer o interesse público municipal na regularização das instalações da unidade de exploração pecuária Agro-Capelão, Sociedade Agropecuária, Ld.ª, sita em Coentros, freguesia de Ferreira-a-Nova, com fundamento na sustentabilidade ambiental, bem como, na sua relevância económica e social para a Freguesia, como entidade produtora de leite, recolhido diariamente, como leite em natureza, pela Cooperativa Agrícola da Tocha, CRL, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**



5.14 - VERDE LÓGICA, LD.^a - PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL DE UMA UNIDADE DE EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DESTINADA A AVIÁRIO, SITA NO LUGAR DE RIBAS, FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

Pela Divisão de Urbanismo foi presente uma informação propondo a regularização das obras de ampliação da uma unidade avícola da Verde Lógica, Ld.^a, sita no lugar de Ribas, Freguesia de Moinhos da Gândara, integrando a construção de instalações sanitárias do pessoal, escritório e zonas sociais, com fundamento no facto da reabilitação destas instalações ser imprescindível por uma questão de salubridade e integração ambiental, bem como, na sua relevância económica e social para a freguesia de Moinhos da Gândara e o Concelho da Figueira da Foz, como entidade de recriação de galinhas poedeiras, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----
Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 04 de dezembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Paulo Pinto, Vítor Manuel Alemão, e Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, Vânia Duarte Batista, Ana Laborda Oliveira, e Carlos Cabete Jesus do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, quatro abstenções do membro do Partido Socialista Adelino Costa Pinto, e dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, reconhecer o interesse público municipal na regularização das obras de ampliação da uma unidade avícola da Verde Lógica, Ld.^a, sita no lugar de Ribas, Freguesia de Moinhos da Gândara, integrando a construção de instalações sanitárias do pessoal, escritório e zonas sociais, com fundamento no facto da reabilitação destas instalações ser imprescindível por uma questão de salubridade e integração ambiental, bem como, na sua relevância económica e social para a freguesia de



Moinhos da Gândara e o Concelho da Figueira da Foz, como entidade de recriação de galinhas poedeiras, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "Talvez, neste momento, pareça que a Coligação Democrática Unitária de repente inverteu a agulha, ou se assustou com a voz zangada do Presidente da Câmara.-----

Porém, o sentido de voto deste grupo municipal não se deveu a nenhuma destas causas.-----

Estamos perante um processo diferente, porque a Verde Lógica, Ld.^a adquiriu uma propriedade em estado lastimoso, conforme as fotografias constantes dos documentos bem ilustram, após um processo de insolvência de um empresário que lhes é alheio. Agora, pretende começar de novo a exploração, não lhe podendo ser imputadas quaisquer culpas pelo facto de a mesma estar em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial.-----

Neste caso, é preciso ajudar para a empresa poder avançar, porque quem se portou mal foram os anteriores proprietários da unidade avícola."-----

PAULO QUERIDO RODRIGUES apresentou a seguinte declaração de voto: "Apenas para agradecer ao executivo municipal pelo forma célere como conduziu este processo.- Ao contrário da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, lamento que o Decreto-Lei n.º 165/2014, só tenha saído em novembro de 2014, porque se tivesse sido publicada mais cedo, neste caso particular de Moinhos da Gândara, teria evitado a ida para o desemprego de cerca de 12 pessoas da freguesia, e isto numa freguesia como a nossa teve um impacto razoável.-----

Lá diz o ditado «mais vale tarde que nunca» e espero que a atividade seja retomada e possa criar emprego local."-----

5.15 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL

Pela Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal foi presente uma proposta de Regulamento de Atribuição e Gestão da Habitação Social, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número nove à presente ata, que teve como razões subjacentes a sua atualização e uniformização face às alterações legislativas, e a adequação aos objetivos pretendidos e realidades existentes.-----



Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 04 de dezembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "No art.º 11.º onde se estabelece a formalização da inscrição naqueles fogos, a documentação exigida é tanta, e não se percebem as razões da necessidade de tamanha carga de documentos. Isto relativamente ao art.º 11.º.-----

Na página 17, no art.º 23.º, no valor da renda, o «Dependente» é definido no ponto 2, alínea b), como o elemento do agregado familiar menor ou, que tendo idade inferior a 26 anos, frequente estabelecimento de ensino e não aufera rendimento mensal bruto superior ao Indexante dos Apoios Sociais. Se calhar esta idade de 26 anos é limitadora, porquanto, hoje é frequente verem-se filhos com mais de 26 anos a viver em casa dos pais e sem rendimento.-----

A Coligação Democrática Unitária percebe da necessidade de regulamentar, isso não está em causa, agora há e haverá algumas coisas a limar.-----

Depois fiquei chocada com outra coisa. Na página 44 define como visita pontual a efetuada ao agregado familiar, com prévia autorização escrita da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, e por um período não superior a 30 dias. A situação referida não terá impacto no cálculo da renda. A Coligação Democrática Unitária percebe as razões subjacentes a esta medida, mas agora coloca-se uma questão, imaginemos que eu habito numa daquelas casas e que chega uma prima, um primo, um tio, para passar uns dias na minha casa. Eu vou ter de ir pedir autorização? Se ele aparece de repente, eu digo-lhe espera aí. Não entres que eu vou ali e já volto. Vou pedir autorização. Como é óbvio, isto é forçado. Mas tem de se encontrar uma nova forma de dizer isto. Percebemos o que se quer, mas quase se está a implementar uma a filosofia de ghetto. Tem de haver forçosamente uma alteração a isto, porque esta redação não é feliz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Compreendo a delicadeza destas questões. Aqui poderia dizer «muita cera queima a igreja» porque se não se previnem as situações desvirtua-se o objetivo primordial - habitação social. Com isto pretende-se evitar situações de abuso. Não são medidas inconstitucionais, são preventivas. E por isso, estas três situações estão no limite do razoável, é verdade, mas previnem situações de abuso, deslocalização de famílias, com abandono das respetivas casas, etc.-----



Deseja-se acompanhar as situações, e até evitar a política dos ghettos, com a qual não concordo.-----

Infelizmente, esta é a forma da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal ter a certeza de estar a chegar aos verdadeiros destinatários."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Dirijo-me diretamente ao Presidente da Câmara para reiterar as palavras da minha camarada e deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves. A Coligação Democrática Unitária percebe perfeitamente a ansiedade de regulamentar e tem conhecimento dos casos ocorridos anteriormente, e que subjazem a este documento e levaram à redação atual do seu articulado.-----

Mas considera ser importante tomar as tais cautelas, «cautelos e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém» de um outro jeito. Ela falou no tia ou na prima que bate à porta e até acha simpaticíssimo visitar a família agora nesta altura do Natal, traz uma malinha com roupa para duas semanas, e bate à porta e não avisou. Em vez da autorização prévia, poderia determinar-se no documento, um prazo de três dias úteis para requerer autorização para o cidadão X poder estar na habitação por um período não superior a 30 dias.-----

E sobre a questão dos jovens de 26 anos: há muito jovem de 26 anos, já nem digo mais, com os seus cursos terminados, fartos de enviar currículos, e não consegue emprego, porque infelizmente o emprego é uma coisa rara. Então esse jovem não é considerado um dependente? Claro que é. E à mãe apenas lhe resta distribuir-lhe tarefas domésticas para o jovem não se sentir um peso morto naquele agregado familiar. Mas ele não tem um tostão de rendimento, e tem de ser considerado um «dependente», no entender da Coligação Democrática Unitária.-----

Houve casos em que fogos atribuídos para 04/05 pessoas às páginas tantas tinham lá quase 20 pessoas a viver. A Coligação Democrática Unitária sabe disso e até sabe onde aconteceu. Mas isso não exclui o melhoramento desta redação.-----

Para mim uma visita pontual é uma coisa fortuita. É como uma estrela cadente. É alguém que vem a minha casa tomar chá, está lá meia hora e vai embora. Não é quem fica durante 30 dias.-----

Por isso mesmo, a Coligação Democrática Unitária abster-se-á na votação deste documento, não obstante perceber a necessidade de haver regulamentos claros e explícitos para este tipo de situação."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Isto é fundamentalmente um princípio de precaução. Obviamente não é vontade da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, se no 16.º dia pressentir que o familiar veio de visita, ir ao apartamento investigar para ver, mas pelo menos fica com o argumento para evitar situações de abuso.-----
E depois subsiste um critério de conformidade porque mesmo os regulamentos também estão sujeitos ao critério de legalidade e têm de ser compatíveis entre si. O benefício para efeitos de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares perde-se aos 25 anos, portanto aqui também coerentemente os 26 anos, deixa de ser um «dependente». Pode haver depois outras capacidades de análise em coerência com a demais regulamentação. Mas este está consentâneo com a definição de «dependente» em termos legais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Paulo Pinto, Vítor Manuel Alemão, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, Vânia Duarte Batista, Ana Laborda Oliveira, Mário Silva Esteves e Carlos Cabete Jesus do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas das alíneas g) e n) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, e Coligação Somos Figueira, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar o Regulamento de Atribuição e Gestão da Habitação Social.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.16 - DESPACHO FINAL PROFERIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NA SEQUÊNCIA DA AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS AO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente para conhecimento o despacho final do Núcleo de Apoio ao Ministério Público no Tribunal de Contas, na sequência da Auditoria ao Município da Figueira da Foz, pela Inspeção Geral de Finanças, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dez à presente ata.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Paulo Pinto, Vítor Manuel Alemão, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, Vânia Duarte Batista, Ana Laborda Oliveira, Mário Silva Esteves e Carlos Cabete Jesus do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, tomou conhecimento do teor do despacho final proferido pelo Ministério Público na sequência da auditoria do Tribunal de Contas ao Município da Figueira da Foz.-----

5.17 HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA CONTA DE GERÊNCIA DO MUNICÍPIO RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2009 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Departamento de Administração Geral e Finanças foi presente para conhecimento a homologação pelo Tribunal de Contas da Conta de Gerência do Município relativa ao exercício de 2009, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número onze à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Paulo Pinto, Vítor Manuel Alemão, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, Vânia Duarte Batista, Ana Laborda Oliveira, Mário Silva Esteves e Carlos Cabete Jesus do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, tomou conhecimento da homologação pelo Tribunal de Contas da Conta de Gerência do Município relativa ao exercício de 2009.-----

5.18 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 19 DE DEZEMBRO DE 2014 - PARA CONHECIMENTO

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 17 de setembro de 2015, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2014, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número



doze à presente ata.-----
Esta proposta foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 04 de dezembro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da presente ata.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Paulo Pinto, Vítor Manuel Alemão, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Luis Miguel Bento, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, Vânia Duarte Batista, Ana Laborda Oliveira, Mário Silva Esteves e Carlos Cabete Jesus do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação deste órgão deliberativo de 19 de dezembro de 2014, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Paulo Pinto, Vítor Manuel Alemão, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, Luis Miguel Bento, Ana Raquel Correia, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, Natália Jerónimo Pires, Vânia Duarte Batista, Ana Laborda Oliveira, Mário Silva Esteves e Carlos Cabete Jesus do Bloco de Esquerda João Paulo Tomé, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte e uma horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----